

# ANEXO A.4: DOCUMENTOS GENÉRICOS (SNC)

## 7. RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO



# RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO

## ECONÓMICA E FINANCEIRA

**31 de dezembro de 2025**

**Município de Albufeira**



## Índice

I.	Introdução .....	3
II.	Âmbito .....	4
III.	Limitações ao trabalho do auditor .....	5
IV.	Pressupostos da informação económica e financeira .....	5
V.	Procedimentos de auditoria .....	6
VI.	Execução orçamental.....	6
■	Execução orçamental – considerações gerais .....	7
▪	Equilíbrio orçamental .....	8
▪	Dívida total .....	10
■	Alterações Orçamentais.....	11
■	Execução orçamental da receita.....	12
▪	Receita fiscal.....	14
▪	Receita não fiscal.....	15
▪	Receita de capital .....	17
▪	Receita não efetiva .....	17
■	Execução orçamental da despesa .....	18
■	Rácios receita/despesa .....	23
■	Plano plurianual de investimentos (PPI) .....	24
■	Outros documentos preparados no âmbito da execução orçamental .....	25
■	Procedimentos de auditoria sobre a execução orçamental .....	26
VII.	Demonstrações Financeiras.....	27
■	Balanço – Ativo .....	28
▪	Ativo fixo tangível e intangível.....	28
▪	Participações financeiras .....	31
▪	Inventários.....	31
▪	Outras contas a receber .....	33
▪	Diferimentos (ativo não corrente e ativo corrente) .....	34
▪	Caixa e depósitos.....	34
■	Balanço – Fundos Próprios e Passivo .....	36
▪	Património líquido.....	36
▪	Provisões.....	37
▪	Financiamentos obtidos (passivo não corrente e passivo corrente) .....	38
▪	Credores por transferência e subsídios concedidos .....	38
▪	Fornecedores c/c e Fornecedores de investimento .....	39
▪	Outras contas a pagar (passivo não corrente e passivo corrente).....	39
▪	Diferimentos.....	41
▪	Rácios financeiros .....	43
■	Demonstração dos resultados .....	45
▪	Fornecimentos e serviços externos.....	45
▪	Gastos com pessoal.....	47
▪	Transferências e subsídios concedidos .....	48
▪	Outros gastos.....	49
▪	Depreciações do exercício.....	49
▪	Vendas, Prestações de serviços e Transferências e subsídios obtidos .....	49
▪	Outros rendimentos.....	51
VIII.	Contratação Pública.....	51
IX.	Conformidade de aspetos legais .....	55
X.	Contabilidade de Gestão .....	55
XI.	Conclusões .....	56

## I. Introdução

A TCC & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. foi nomeada para o desempenho das funções de auditoria externa do Município de Albufeira (subsequentemente designada por Município), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No âmbito da Lei n.º 73/2013, artigo n.º 76, os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais que sejam obrigadas, nos termos da lei, à adoção de contabilidade patrimonial, devem incluir a certificação legal das contas e um parecer sobre as mesmas, emitidos por um auditor externo.

De acordo com o artigo n.º 77 da mesma Lei, são competências do auditor externo:

- a) Verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte;
- b) Participação aos órgãos competentes das irregularidades, bem como dos factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos;
- c) Verificação dos valores patrimoniais, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- d) Elaboração e submissão semestral, aos órgãos executivo e deliberativo, de informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- e) Emissão de parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras; e
- f) Pronúncia sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.

Neste sentido, cumpre-nos, a esta data, a emissão e submissão aos órgãos executivo e deliberativo, do primeiro relatório sobre a situação económica e financeira, nos termos da alínea d) acima transcrita. Uma vez que o presente documento é referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025, serão apenas tecidas considerações ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025.



Será igualmente emitida e submetida aos órgãos competentes a Certificação Legal das Contas com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Assim, face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras referentes ao período económico de 2025, constituídas pelo balanço, demonstração dos resultados, demonstração das alterações no património líquido, demonstrações de fluxos de caixa, mapas de execução orçamental e seus anexos, as quais exprimem a real situação financeira e patrimonial da autarquia, encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis e estão em condições de ser aprovadas, com exceção das situações identificadas na nossa Certificação Legal das Contas ou nas situações resumidas nas Conclusões do presente documento.

## **II. Âmbito**

O relatório sobre a situação económica e financeira visa relatar as situações de maior relevância identificadas no decorrer do processo de auditoria até à data de 31 de dezembro de 2025, quer ao nível das demonstrações financeiras, quer ao nível dos relatórios de execução orçamental do Município.

Consideramos que as situações enunciadas permitirão dotar os órgãos competentes de informação sobre a situação económica e financeira do Município, dando-lhes conhecimento das situações identificadas e eventuais recomendações que permitirão, em nossa opinião, um maior rigor contabilístico, um melhor nível de controlo interno e a produção rigorosa e atempada de informação para a gestão.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Consideramos ser da responsabilidade do Município:

- ▶ A preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP);
- ▶ A adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- ▶ A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e

- ▶ A comunicação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, posição financeira ou o resultado da entidade.

A nossa responsabilidade consiste na verificação da informação financeira e orçamental contida nos documentos atrás referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional independente baseado no trabalho executado.

### **III. Limitações ao trabalho do auditor**

Não foram identificadas limitações ao trabalho de auditoria e revisão de contas passíveis de menção no presente documento.

### **IV. Pressupostos da informação económica e financeira**

A contabilidade orçamental assenta num princípio de tesouraria e fluxos financeiros, sendo este princípio o que a distingue, em larga escala, da contabilidade patrimonial. Deste modo, a informação económica e financeira aqui contida inclui não só os registos que decorrem da despesa paga e receita liquidada no ano de 2025, mas também todos os gastos e rendimentos que respeitam ao mesmo exercício, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Deste facto decorre a necessidade de garantir a especialização dos resultados do exercício, sobretudo através de:

- ▶ Contabilização de todos os documentos de fornecedores recebidos no Município no período de referência, executando a respetiva despesa, que transita por liquidar para períodos seguintes;
- ▶ Contabilização integral da receita que respeita ao ano de 2025, independentemente do momento do seu recebimento, transitando por liquidar a receita do período ainda não recebida;
- ▶ Apuramento de estimativas e registo de acréscimos e diferimentos, de gastos e rendimentos, em face da discrepância temporal entre o exercício a que estes respeitam e o momento do seu reconhecimento como fluxo de caixa.

Regra geral, a especialização abrange gastos e rendimentos, muito embora se verifiquem as limitações habitualmente inerentes ao registo de estimativas, que se baseiam na informação disponível à data. Ou seja, as estimativas são registadas com base na informação na qual a entidade é conhecedora e apenas para os gastos e rendimentos que sejam passíveis de mensuração fiável.

## **V. Procedimentos de auditoria**

O nosso trabalho abrangeu, entre outros, os seguintes procedimentos de revisão e auditoria:

- i)** Reuniões com os representantes do Órgão Executivo e responsáveis do Departamento Financeiro, para indagação de factos relevantes ao contexto da Município e à prestação de informação financeira;
- ii)** Leitura e análise de atas, contratos e outros elementos que julgámos de interesse;
- iii)** Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Município;
- iv)** Verificação da conformidade entre as demonstrações financeiras e os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- v)** Procedimentos substantivos, com a extensão considerada adequada, de validação de saldos iniciais;
- vi)** Indagação para entendimento dos principais processos, com vista a identificação de riscos e preparação de resposta de auditoria adequada; e
- vii)** Realização de testes substantivos para as contas consideradas significativas.

Nas secções que se seguem serão, oportunamente e sempre que se considerar relevante, apresentados mais detalhes sobre procedimentos de auditoria executados e principais conclusões.

## **VI. Execução orçamental**

Nesta secção serão descritos dados da execução orçamental e destacadas informações consideradas relevantes a este nível. Os dados aqui apresentados contemplam o período de 1

de janeiro a 31 de dezembro de 2025 e a análise dos mesmos baseou-se nos mapas de execução disponibilizados pelo Município à data.

### ■ Execução orçamental – considerações gerais

O quadro abaixo visa apresentar as dotações de receita e de despesa, face à receita cobrada e despesa paga, com referência a 31 de dezembro de 2025. O desvio mostrado corresponde às receitas estimadas não recebidas e às despesas orçamentadas não pagas. Apresenta-se, igualmente, o grau de execução orçamental geral da receita e da despesa.

31 de dezembro de 2025	Dotações corrigidas	Execução	Desvio	Grau de execução orçamental
Na posse do serviço	48 056 746,52 €	48 056 746,52 €	- €	100%
Na posse do serviço - consignado	2 520 383,00 €	2 520 383,00 €	- €	100%
Receitas correntes	114 379 500,00 €	117 087 093,98 €	2 707 593,98 €	102%
Receitas de capital	20 065 102,00 €	10 025 150,93 €	- 10 039 951,07 €	50%
<b>Total da receita</b>	<b>185 021 731,52 €</b>	<b>177 689 374,43 €</b>	<b>- 7 332 357,09 €</b>	<b>96%</b>
Despesas correntes	120 794 095,52 €	97 833 287,61 €	- 22 960 807,91 €	81%
Despesas de capital	64 227 636,00 €	30 978 122,69 €	- 33 249 513,31 €	48%
<b>Total da despesa</b>	<b>185 021 731,52 €</b>	<b>128 811 410,30 €</b>	<b>- 56 210 321,22 €</b>	<b>70%</b>

O nível de execução global da receita total situou-se nos 96%, enquanto o nível de execução da despesa global se firmou em 70%, sendo que em termos de valor, destaca-se o facto da receita executada ter sido inferior à despesa paga em 1.699.165,39 euros, desconsiderando a execução do saldo “na posse do serviço”. De referir que a execução global da receita é influenciada pela execução do saldo “na posse de serviço”, que transita da gerência anterior, e para o qual é considerada a sua execução plena.

A necessidade de incorporar anualmente na receita e na despesa do saldo de gerência, após aprovação de documentos de prestação de contas, resulta num esforço substancial do orçamento do Município, que se consubstancia na revisão orçamental por incorporação do saldo de gerência anterior, geralmente a primeira revisão orçamental de cada exercício.

Conforme podemos observar na tabela infra, a dotação disponível, quer na despesa quer na receita, é superior à do ano de 2024, sendo que o montante executado, ao nível da receita e da despesa, apresenta-se também superior ao do ano anterior:

Rubricas	Dotações corrigidas 2025	Dotações corrigidas 2024	Variação - valor	Variação - %	Execução 2025	Execução 2024	Variação - valor	Variação - %
Na posse do serviço	48 056 746,52 €	58 976 479,31 €	10 919 732,79 €	-19%	48 056 746,52 €	58 976 479,31 €	10 919 732,79 €	-19%
Na posse do serviço - consignado	2 520 383,00 €	19 500,00 €	2 500 883,00 €	12825%	2 520 383,00 €	19 500,00 €	2 500 883,00 €	12825%
Receitas correntes	114 379 500,00 €	102 522 844,44 €	11 856 655,56 €	12%	117 087 093,98 €	96 278 267,42 €	20 808 826,56 €	22%
Receitas de capital	20 065 102,00 €	10 763 926,56 €	9 301 175,44 €	86%	10 025 150,93 €	7 622 257,63 €	2 402 893,30 €	32%
<b>Total da receita</b>	<b>185 021 731,52 €</b>	<b>172 282 750,31 €</b>	<b>12 738 981,21 €</b>	<b>7%</b>	<b>177 689 374,43 €</b>	<b>162 896 504,36 €</b>	<b>14 792 870,07 €</b>	<b>9%</b>
Despesas correntes	120 794 095,52 €	112 438 674,00 €	8 355 421,52 €	7%	97 833 287,61 €	88 268 335,05 €	9 564 952,56 €	11%
Despesas de capital	64 227 636,00 €	59 844 076,31 €	4 383 559,69 €	7%	30 978 122,69 €	24 051 039,79 €	6 927 082,90 €	29%
<b>Total da despesa</b>	<b>185 021 731,52 €</b>	<b>172 282 750,31 €</b>	<b>12 738 981,21 €</b>	<b>7%</b>	<b>128 811 410,30 €</b>	<b>112 319 374,84 €</b>	<b>16 492 035,46 €</b>	<b>15%</b>

A discrepância entre os valores orçamentados resulta, essencialmente, da receita e despesa corrente. Em 2025, o Município arrecadou receita proveniente da taxa turística durante o ano todo, sendo que em 2024 essa cobrança teve início apenas no mês de julho, o que justifica o aumento da receita corrente. Contribuiu igualmente para a variação o aumento da receita dos impostos diretos, nomeadamente do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

#### ▪ Equilíbrio orçamental

No que respeita às regras orçamentais relativas ao equilíbrio orçamental, no artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, define-se, entre outros aspetos, que as receitas correntes devem cobrir as despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo.

Tendo em conta o referido, a 31 de dezembro de 2025, verificámos que existe equilíbrio orçamental, uma vez que as receitas correntes brutas cobradas, no valor de 126.148.653,59 euros, são superiores às despesas correntes, no valor de 97.833.287,61 euros, sendo que não existem amortizações de empréstimos.

Descrição	Valor
Receita corrente bruta	126 148 653,59 €
Saldo de gerência consignado (*)	2 520 383,00 €
Despesa corrente	97 833 287,61 €
<b>Saldo corrente</b>	<b>30 835 748,98 €</b>
Amortizações médias dos empréstimos	871 631,46 €
<b>Equilíbrio Orçamental</b>	<b>29 964 117,52 €</b>

(\*) nos termos do n.º 5 da Lei 73/2013, de 3 de setembro, concorre para o cálculo do equilíbrio orçamental a proporção do saldo de gerência que se destine a financiar despesa corrente.

Adicionalmente, recalculámos o saldo efetivo, conforme quadro infra:

Descrição	Receita Cobrada Líquida
Receitas correntes	117 087 093,98 €
Receitas de capital (efetivas) (*)	4 601 215,26 €
<b>Receita efetiva (*)</b>	<b>121 688 309,24 €</b>
Despesas correntes	97 833 287,61 €
Despesas de capital (efetivas) (*)	30 120 780,27 €
<b>Despesas efetiva (*)</b>	<b>127 954 067,88 €</b>
Saldo corrente	19 253 806,37 €
Saldo de capital	- 25 519 565,01 €
<b>Saldo efetivo (**)</b>	<b>- 6 265 758,64 €</b>

(\*) Não inclui ativos e passivos financeiros

(\*\*) Inclui o valor das RNAP (reposições não abatidas aos pagamentos)

O saldo efetivo negativo, no montante de 6.265.758,64 euros, resulta do facto da despesa de capital efetiva ter sido superior à receita de capital efetiva. Concluimos ainda que o saldo

corrente é positivo em 19.253.806,37 euros, o que permite ao Município libertar meios para aplicar em investimento, sendo o saldo de capital negativo em 25.519.565,01 euros.

▪ **Dívida total**

A Lei 73/2013 define ainda, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Descrição	Valor
<b>Receita corrente líquida cobrada</b>	
2022	94 180 611,00 €
2023	98 714 455,00 €
2024	96 278 267,00 €
<b>Média da Receita</b>	<b>96 391 111,00 €</b>
<b>Límite do endividamento</b>	<b>144 586 666,50 €</b>
<b>Dívida Total</b>	<b>32 525 556,37 €</b>
<b>Margem absoluta</b>	<b>112 061 110,13 €</b>
<b>Dívida total/média da receita</b>	<b>34%</b>

A 31 de dezembro de 2025 a dívida total do Município representava 34% da receita líquida cobrada nos últimos 3 anos. Na dívida total não se encontram incluídas as dívidas das entidades referidas no artigo n.º 54, nomeadamente, a AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho e a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, uma vez que não foi possível recolher essa informação, contudo concluímos que a informação não iria ter um impacto significativo no cálculo da dívida total.

Os dados utilizados para o apuramento da receita corrente líquida cobrada nos exercícios de 2022, 2023 e 2024 tiveram por base o reporte efetuado pela DGAL, no âmbito do limite da dívida total de 2025.

Como se verificou a 31 de dezembro de 2025 o cumprimento do limite, segundo a Lei n.º 29/2023, de 4 de julho, situação que se manteve em 2025 (Orçamento de Estado artigo n.º 144),

a dívida total do Município poderá ser aumentada no exercício seguinte pelo montante correspondente a 40% da margem disponível.

## ■ Alterações Orçamentais

As alterações orçamentais consistem em instrumentos essenciais de gestão que permitem ajustar o orçamento inicial à realidade da sua execução, seja por despesas imprevistas ou por receitas inesperadas. Sendo que existem dois tipos de alterações:

- **Alteração Orçamental Modificativa** - Consistem na inscrição de novas receitas ou despesas, ou no reforço das dotações existentes, resultando num aumento do montante global do orçamento (receita ou despesa) inicialmente aprovado.
- **Alteração Orçamental Permutativa** - Tratam-se de redistribuições internas das dotações sem alterar o valor global do orçamento. Ou seja, ajusta-se a composição, mas o montante total permanece inalterado.

O orçamento do Município foi apresentado e aprovado pelo órgão executivo a 19 de novembro de 2024 e pelo órgão deliberativo a 18 de dezembro de 2024, o qual apresentava valores iniciais de receita e despesa no valor de 139.396.241,00 euros.

31 de dezembro de 2025	Orçamento inicial	Orçamento corrigido	Ajustamentos
Na posse do serviço	- €	48 056 746,52 €	48 056 746,52 €
Na posse do serviço - consignado	- €	2 520 383,00 €	2 520 383,00 €
Receitas correntes	113 829 500,00 €	114 379 500,00 €	550 000,00 €
Receitas de capital	25 566 741,00 €	20 065 102,00 €	- 5 501 639,00 €
<b>Total da receita</b>	<b>139 396 241,00 €</b>	<b>185 021 731,52 €</b>	<b>45 625 490,52 €</b>
Despesas correntes	83 475 652,00 €	120 794 095,52 €	37 318 443,52 €
Despesas de capital	55 920 589,00 €	64 227 636,00 €	8 307 047,00 €
<b>Total da despesa</b>	<b>139 396 241,00 €</b>	<b>185 021 731,52 €</b>	<b>45 625 490,52 €</b>

No quadro supra é possível verificar que as alterações modificativas efetuadas resultam essencialmente da incorporação do saldo orçamental da gerência do período anterior (2024) no valor de 50.577.129,52 euros. Verificámos ainda que foram efetuados reforços nas rubricas de receita, em particular nas transferências e subsídios correntes, bem como nas transferências de capital, decorrentes do aumento das verbas atribuídas através do OE2025, aprovado

posteriormente à elaboração do orçamento inicial. Posto isto, e de acordo com o equilíbrio orçamental, a despesa foi reforçada no mesmo montante.

### ■ Execução orçamental da receita

No que respeita à execução orçamental da receita, com referência a 31 de dezembro de 2025, esta subdivide-se de acordo com a tabela abaixo:

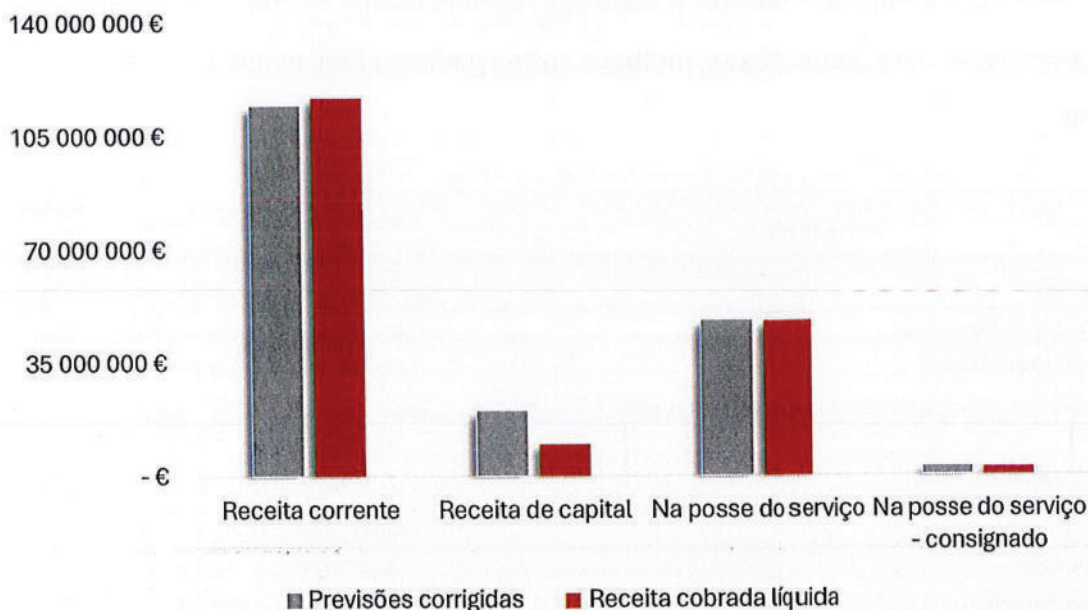
Receitas	Previsões corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Grau de execução orçamental
<b>Receita Corrente</b>	<b>114 379 500,00 €</b>	<b>117 087 093,98 €</b>	<b>102%</b>
01. Impostos diretos	50 943 804,00 €	56 265 990,91 €	110%
02. Impostos indiretos	- €	- €	0%
04. Taxas, multas e outras penalidades	17 540 175,00 €	16 256 359,51 €	93%
05. Rendimentos de propriedade	3 254 435,00 €	2 553 747,83 €	78%
06. Transferências e subsídios correntes	16 524 105,00 €	16 719 605,03 €	101%
07. Vendas de bens e serviços correntes	25 445 791,00 €	25 079 727,70 €	99%
08. Outras receitas correntes	671 190,00 €	211 663,00 €	32%
<b>Receita de Capital</b>	<b>11 110 046,00 €</b>	<b>4 601 215,26 €</b>	<b>41%</b>
09. Venda de bens de investimento	65,00 €	- €	0%
010. Transferências de capital	11 079 659,00 €	4 167 006,51 €	38%
013. Outras receitas de capital	2 000,00 €	192,00 €	10%
015. Reposições não abatidas nos pagamentos	28 322,00 €	434 016,75 €	1532%
<b>Total das Receitas Efetivas (Receita Corrente e de Capital)</b>	<b>125 489 546,00 €</b>	<b>121 688 309,24 €</b>	<b>97%</b>
011. Ativos financeiros	- €	- €	0%
012. Passivos financeiros	8 955 056,00 €	5 423 935,67 €	61%
<b>Total das Receitas de Capital não Efetivas</b>	<b>8 955 056,00 €</b>	<b>5 423 935,67 €</b>	<b>61%</b>
016. Saldo de Gerência - na posse do serviço	50 577 129,52 €	50 577 129,52 €	100%
<b>Total</b>	<b>185 021 731,52 €</b>	<b>177 689 374,43 €</b>	<b>96%</b>

Conforme se mostra na tabela acima, a execução da receita global firma-se em 96% de execução orçamental. Individualmente, a execução da receita corrente apresenta-se em 102%, valor ligeiramente superior ao expectável. Nota para o facto de a execução em termos de receita de capital ter sido de 41%, valor inferior ao previsto para o ano de 2025. Adicionalmente, conforme já mencionado no presente relatório, na demonstração de execução orçamental da receita o saldo de gerência, apresentado na rubrica “Na posse do serviço” foi executado na íntegra, pelo que influencia positivamente a execução da receita.

A receita, prevista e executada, apresenta-se graficamente da seguinte forma:

*d*

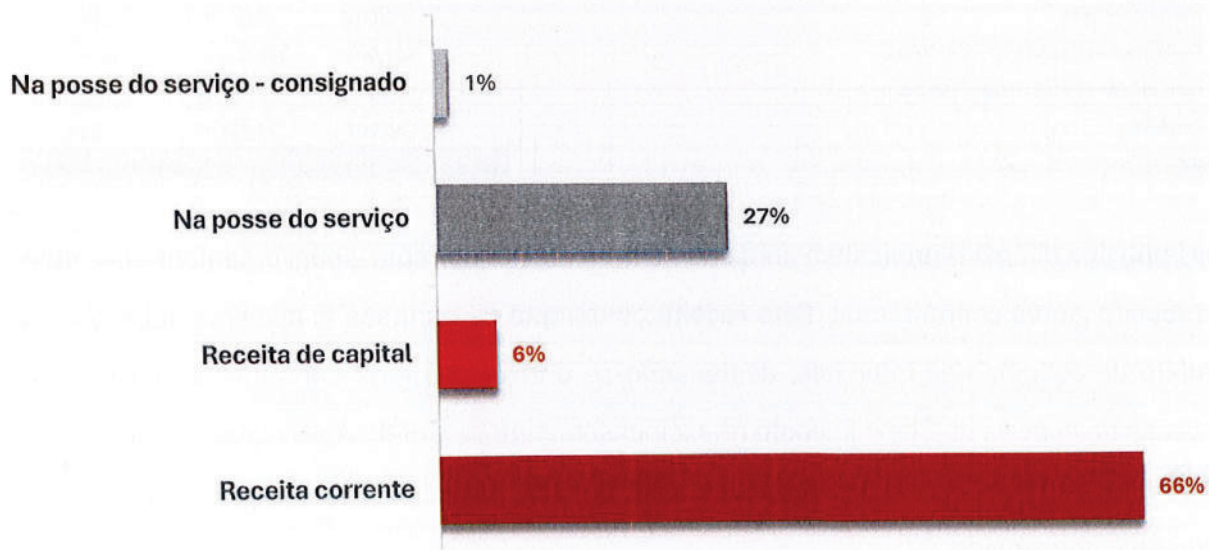
### Receita



A receita prevista corresponde ao montante de receitas estimadas para o ano de 2025 e a receita cobrada líquida corresponde aos recebimentos efetivos que ocorreram em 2025.

Conforme referido acima, a receita corrente representa a maior parte da receita cobrada em 2025. Veja-se representação gráfica infra:

### Receita cobrada líquida



## ▪ Receita fiscal

Na estrutura das receitas do Município o peso das receitas fiscais é o mais relevante, incluindo os impostos diretos e indiretos (taxas, multas e outras penalidades), constituindo a maior fonte de receita.

Receita fiscal	Previsões corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Grau de execução orçamental
<b>Impostos diretos</b>	<b>50 943 804,00 €</b>	<b>56 265 990,91 €</b>	<b>110%</b>
Imposto municipal sobre imóveis	19 421 095,00 €	21 023 959,68 €	108%
Imposto único de circulação	1 923 450,00 €	2 032 390,61 €	106%
Imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis – Artigo 14.º Lei 73/2013	29 587 379,00 €	33 208 137,68 €	112%
Derrama	11 322,00 €	930,03 €	8%
Contribuição autárquica	558,00 €	572,91 €	103%
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>17 540 175,00 €</b>	<b>16 256 359,51 €</b>	<b>93%</b>
Loteamentos e obras	89 897,00 €	357 313,80 €	397%
Ocupação da via pública	1 345 124,00 €	825 396,07 €	61%
Publicidade	330 755,00 €	325 541,02 €	98%
Taxa Turística	13 500 000,00 €	11 541 401,30 €	85%
Taxa de reforço de infraestruturas urbanísticas	395 327,00 €	434 184,10 €	110%
Taxa de Recursos Hídricos	477 040,00 €	499 832,70 €	105%
Taxas de Relaxe	219 330,00 €	249 515,56 €	114%
Outros	318 378,00 €	14 815,32 €	5%
Outras Taxas	104 517,00 €	240 915,14 €	231%
Juros compensatórios	51 909,00 €	183 175,70 €	353%
Juros de mora	208 178,00 €	800 102,60 €	384%
Coimas e penalidades por contra-ordenações	429 958,00 €	29 850,32 €	7%
Alojamento local	10 000,00 €	197 397,17 €	1974%
Licenças e autorizações especiais	57 762,00 €	175 143,05 €	303%
Mercados e feiras	500,00 €	95 839,94 €	19168%
Equipamentos mecânicos e/ou rolantes	500,00 €	108 345,25 €	21669%
Ocupação do Domínio Público Hídrico	500,00 €	102 937,44 €	20587%
Cemitérios	500,00 €	74 653,03 €	14931%
<b>Total</b>	<b>68 483 979,00 €</b>	<b>72 522 350,42 €</b>	<b>106%</b>

Os impostos diretos representam cerca de 45% da receita corrente global orçamentada e 48% da receita global cobrada total. Esta receita contempla os recursos financeiros auferidos no âmbito da cobrança de impostos, destacando-se o imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis (IMT) e o imposto municipal sobre imóveis (IMI). A execução dos impostos diretos foi de 110%, o que significa que o valor previsto correspondeu à receita cobrada num montante aproximado.

A rubrica de taxas, multas e outras penalidades, que engloba os impostos indiretos, apresenta uma execução de 93%, a qual se encontra influenciada pela receita cobrada relativamente ao

af

alojamento local, licenças e autorizações especiais, equipamentos mecânicos e/ou rolante e ocupação do domínio público hídrico e ainda os cemitérios.

▪ **Receita não fiscal**

As receitas não fiscais, a 31 de dezembro de 2025, apresentam uma execução de 96% face ao previsto para o ano de 2025, valor ligeiramente abaixo do previsto.

Receita não fiscal	Previsões corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Grau de execução orçamental
Rendimentos de propriedade	3 254 435,00 €	2 553 747,83 €	78%
Transferências e subsídios correntes	16 524 105,00 €	16 719 605,03 €	101%
Vendas de bens e serviços correntes	25 445 791,00 €	25 079 727,70 €	99%
Outras receitas correntes	671 190,00 €	211 663,00 €	32%
<b>Total</b>	<b>45 895 521,00 €</b>	<b>44 564 743,56 €</b>	<b>97%</b>

Destacamos as seguintes rubricas das receitas não fiscais:

– **Rendimentos de propriedade**

Os rendimentos de propriedade contemplaram, essencialmente, a receita proveniente da concessão de utilização privativa de domínio público municipal para instalação, isto é, a renda do contrato com a E-Redes.

– **Transferências e subsídios correntes**

As transferências correntes incluíram, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado (OE), nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM), Participação do IVA, as transferências de competências nas áreas de educação e ação social e as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados.

A rubrica apresenta uma execução de 101% face ao valor previsto para o ano de 2025. A rubrica detalha-se da seguinte forma:

Transferências e subsídios correntes	Previsões corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Grau de execução orçamental
Fundo de Equilíbrio Financeiro	70 291,00 €	70 291,00 €	100%
Fundo Social Municipal	1 908 681,00 €	1 908 681,00 €	100%
Transferências de competências - Lei 50/2018	8 997 574,00 €	9 774 105,00 €	109%
Participação do IVA	3 386 401,00 €	3 329 964,00 €	98%
Artigo 35º da Lei 73/2013	786 794,00 €	786 794,00 €	100%
Outras	1 222 635,00 €	815 699,00 €	67%
FEDER	6 373,00 €	4 477,88 €	70%
FSE	36 483,00 €	14 593,15 €	40%
Outros	10,00 €	- €	0%
PRR - Plano de Recuperação e Resiliência	98 853,00 €	15 000,00 €	15%
Outras	10,00 €	- €	0%
Políticas activas emprego e formação Profissional	10 000,00 €	- €	0%
<b>Total</b>	<b>16 524 105,00 €</b>	<b>16 719 605,03 €</b>	<b>101%</b>

- O Fundo Social Municipal (FSM), corresponde a uma subvenção específica, consagrada no artigo 30.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios.
- As transferências de competências – Lei 50/2018 de 16 de agosto, foram transferidas para os municípios competências em diversos domínios de atuação do Estado como a saúde, educação, cultura, justiça, proteção civil, habitação, cultura, estacionamento público, promoção turística, captação de investimento e gestão de fundos europeus, praias marítimas, fluviais e terrestres, vias de comunicação, infraestruturas de atendimento ao cidadão, saúde animal e segurança alimentar, património e habitação
- A participação do IVA, referida na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, concede aos municípios em cada ano 7,5% da receita do IVA cobrado nos setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás.
- O Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), corresponde a uma subvenção geral consagrada no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), equivalente a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Encontra-se previsto no n.º 1 do artigo 25.º conjugado com o artigo 27.º do RFALEI (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). O cálculo da participação de cada município no FEF resulta da soma



das parcelas referentes ao Fundo de Coesão Municipal (FCM) e ao Fundo Geral Municipal (FGM). O FEF tem como finalidade apoiar a recuperação financeira dos municípios em situação de desequilíbrio. Como o Município apresentou equilíbrio financeiro em 2024, não terá verbas a receber deste fundo em 2025.

A rubrica apresenta uma execução de 101%, sendo ligeiramente superior do que expectável para 2025.

#### – **Vendas de bens e serviços correntes**

Destacamos ainda a rubrica de vendas de bens e serviços recorrentes, que apresenta uma execução de 99% - valor ligeiramente ao previsto para 2025, a qual representa 22% da receita corrente orçamentada e 21% da receita corrente global cobrada. Estas vendas referem-se essencialmente à venda de água e dos seus serviços inerentes, como o saneamento e tratamento de resíduos, ao fornecimento de refeições às escolas, à habitação social e aos mercados e feiras.

#### ▪ **Receita de capital**

Tal como foi atrás referido, a receita de capital tem uma expressão reduzida na receita cobrada pelo Município, conforme se pode visualizar no quadro infra:

Receita de capital	Previsões corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Venda de bens de investimento	65,00 €	- € -	65,00 €	0%
Transferências de capital	11 079 659,00 €	4 167 006,51 €	- 6 912 652,49 €	38%
Outras receitas de capital	2 000,00 €	192,00 €	- 1 808,00 €	10%
Reposições não abatidas nos pagamentos	28 322,00 €	434 016,75 €	405 694,75 €	1532%
<b>Total</b>	<b>11 110 046,00 €</b>	<b>4 601 215,26 €</b>	<b>- 6 508 830,74 €</b>	<b>41%</b>

O Município previu receita de capital no montante de 11.110.046,00 euros, sendo que apresenta uma execução de 41%, que residiu nas transferências de capital cobradas, que correspondem essencialmente às transferências provenientes do Orçamento de Estado (OE), da receita proveniente do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR e do FEDER.

#### ▪ **Receita não efetiva**

A receita não efetiva engloba os ativos e passivos financeiros orçamentais que correspondem a receita proveniente da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio e longo prazos.

Receita não efetiva	Previsões corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Ativos financeiros	- €	- €	- €	0%
Passivos financeiros	8 955 056,00 €	5 423 935,67 €	- 3 531 120,33 €	61%
<b>Total</b>	<b>8 955 056,00 €</b>	<b>5 423 935,67 €</b>	<b>- 3 531 120,33 €</b>	<b>61%</b>

Verificámos que o Município apresenta um valor estimado em passivos financeiros de 8.955.056,00 euros e a receita cobrada a 31 de dezembro de 2025 de 5.423.935,67 euros, referente ao empréstimo bancário da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, cuja receita é libertada consoante ao reporte das despesas referentes às obras financiadas pelo empréstimo. A execução da rubrica firma-se apenas em 61% face à parca execução das empreitadas, fruto de concursos públicos desertos por falta de oferta no mercado e da necessidade de revisão de projetos, motivo pelo qual alguns concursos ainda não foram abertos.

### ■ Execução orçamental da despesa

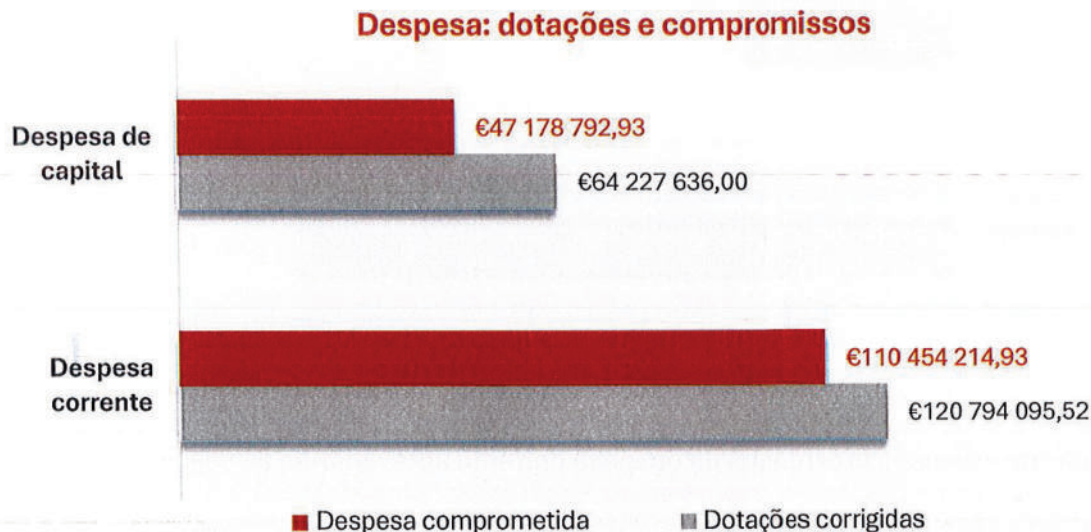
A execução orçamental da despesa, com referência a 31 de dezembro de 2025, apresenta-se da seguinte forma:

Despesas	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Grau de execução orçamental - Compromissos	Despesa paga líquida	Grau de execução orçamental - Pagamentos
<b>Despesa Corrente</b>	<b>120 794 095,52 €</b>	<b>110 454 214,93 €</b>	<b>91%</b>	<b>97 833 287,61 €</b>	<b>81%</b>
01. Despesas com o pessoal	38 417 502,52 €	33 095 851,60 €	86%	32 516 670,22 €	85%
02. Aquisição de bens e serviços	65 880 733,00 €	62 505 920,15 €	95%	51 653 315,81 €	78%
03. Juros e outros encargos	195 004,00 €	189 684,31 €	97%	182 699,68 €	94%
04. Transferências e subsídios correntes	13 965 150,00 €	13 537 139,59 €	97%	12 685 074,61 €	91%
06. Outras despesas correntes	2 335 706,00 €	1 125 619,28 €	48%	795 527,29 €	34%
<b>Despesa de Capital</b>	<b>63 370 293,00 €</b>	<b>46 321 450,45 €</b>	<b>73%</b>	<b>30 120 780,27 €</b>	<b>48%</b>
07. Aquisição de bens de capital	62 546 209,00 €	45 853 105,38 €	73%	29 734 011,04 €	48%
08. Transferências de capital	823 584,00 €	468 345,07 €	57%	386 769,23 €	47%
11. Outras despesas de capital	500,00 €	- €	0%	- €	0%
<b>Total das Despesas Efetivas</b>	<b>184 164 388,52 €</b>	<b>156 775 665,38 €</b>	<b>85%</b>	<b>127 954 067,88 €</b>	<b>69%</b>
09. Ativos financeiros	- €	- €	0%	- €	0%
10. Passivos financeiros	857 343,00 €	857 342,48 €	100%	857 342,42 €	100%
<b>Total das Despesas de Capital não Efetivas</b>	<b>857 343,00 €</b>	<b>857 342,48 €</b>	<b>100%</b>	<b>857 342,42 €</b>	<b>100%</b>
<b>Total</b>	<b>185 021 731,52 €</b>	<b>157 633 007,86 €</b>	<b>85%</b>	<b>128 811 410,30 €</b>	<b>70%</b>

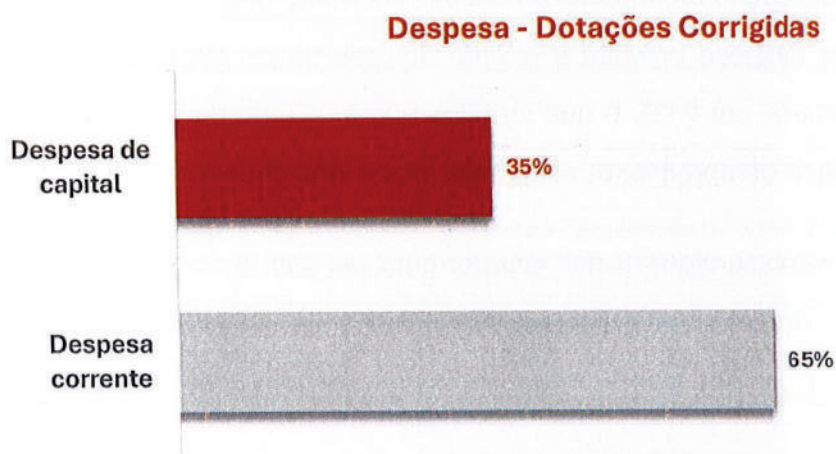
Calculando o grau de execução orçamental da despesa global com base nos pagamentos do exercício esta firma-se em 70%, mostrando-se superior quando consideramos a despesa comprometida que evidencia uma execução de 85%. Conforme podemos constatar através do exposto acima, a execução da despesa encontra-se aquém do expectável para o ano de 2025.

*af*

Apresenta-se, graficamente, a comparação entre dotações orçamentais e despesa comprometida, para as despesas correntes e de capital:

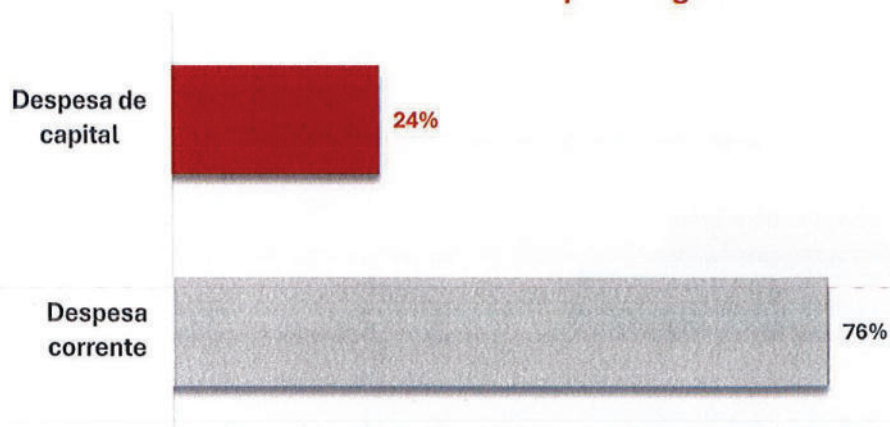


No que respeita ao orçamento global, revisto mediante aprovação em órgão deliberativo, a despesa corrente representa 65% da despesa total orçamentada e a despesa de capital corresponde a 35% desta (*vide gráfico abaixo*).



No que respeita à despesa paga, a despesa corrente representa cerca de 76% da despesa paga total e a despesa de capital corresponde a cerca de 24% da despesa liquidada no período. Veja-se graficamente:

### Despesa Paga



O detalhe da execução orçamental da despesa corrente apresenta-se da seguinte forma:

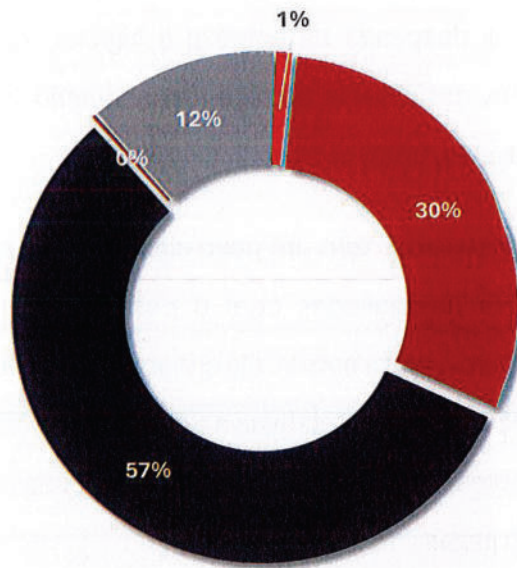
Despesas Correntes	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga líquida	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
Despesas com o pessoal	38 417 502,52 €	33 095 851,60 €	32 516 670,22 €	249 200,11 €	86%	85%
Aquisição de bens e serviços	65 880 733,00 €	62 505 920,15 €	51 653 315,81 €	529 414,30 €	95%	78%
Juros e outros encargos	195 004,00 €	189 684,31 €	182 699,68 €	6 910,76 €	97%	94%
Transferências e subsídios correntes	13 965 150,00 €	13 537 139,59 €	12 685 074,61 €	170 404,22 €	97%	91%
Outras despesas correntes	2 335 706,00 €	1 125 619,28 €	795 527,29 €	12 857,24 €	48%	34%
<b>Total</b>	<b>120 794 095,52 €</b>	<b>110 454 214,93 €</b>	<b>97 833 287,61 €</b>	<b>968 786,63 €</b>	<b>91%</b>	<b>81%</b>

Na análise geral ao grau de execução orçamental da despesa corrente paga, verifica-se que o Município executou 81% da despesa prevista e quanto ao grau de execução de despesa comprometida esta apresenta-se em 91%, o que significa que o volume de pagamentos foi bastante inferior ao montante de compromissos assumidos no mesmo período.

A repartição dos compromissos assumidos de despesa corrente, por tipo, encontra-se ilustrada abaixo:

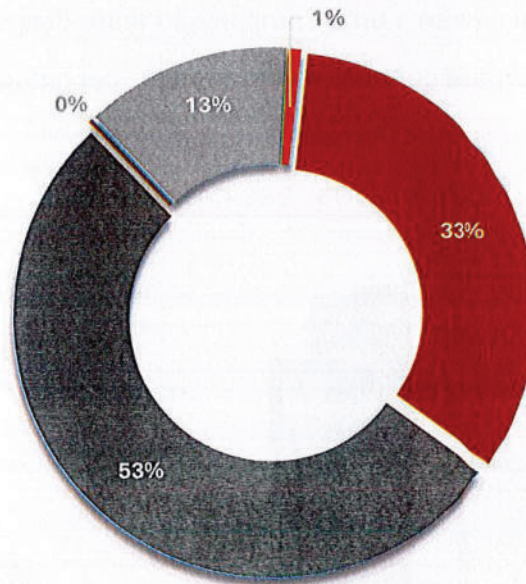
*Handwritten mark*

### Despesa corrente - Compromissos assumidos



- Despesas com o pessoal
- Aquisição de bens e serviços
- Juros e outros encargos
- Transferências e subsídios correntes
- Outras despesas correntes

### Despesa corrente - Despesa paga líquida



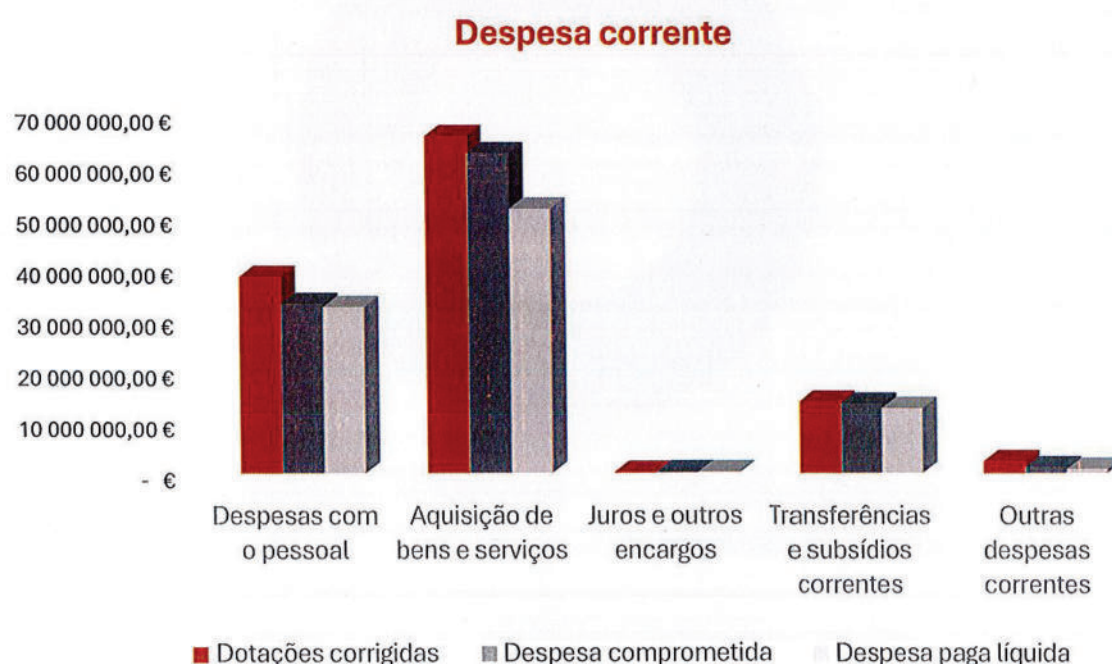
- Despesas com o pessoal
- Aquisição de bens e serviços
- Juros e outros encargos
- Transferências e subsídios correntes
- Outras despesas correntes

Conforme se pode observar, cerca de 57% da despesa corrente comprometida e cerca de 53% da despesa corrente paga destinaram-se à aquisição de serviços (rubrica **02. Aquisição de bens e serviços**). Esta rubrica inclui despesas de limpeza e higiene, encargos com instalações, aquisição de água, eletricidade, assistência técnica, conservação e reparação, prestação de serviços e trabalhos especializados, entre outros.

A rubrica **01. Despesas com o pessoal** tem um peso significativo nas despesas correntes do Município. Inclui remunerações processadas com o pessoal dos quadros, encargos com remunerações, gastos com seguros, entre outros. Os encargos com remunerações decorrem de contribuições a cargo da entidade patronal relativas a Segurança Social, ADSE e Caixa Geral de Aposentações. Esta rubrica representa cerca de 30% das despesas correntes comprometidas e 33% das despesas correntes pagas.

Destaca-se, sequencialmente, a rubrica **04. Transferências e subsídios correntes**, que representa 12% da despesa corrente comprometida e 13% da despesa paga, sendo que esta rubrica contempla importâncias pagas a organismos e entidades, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta ao Município, e a valores transferidos para as juntas de freguesia no âmbito da delegação de competências.

Na figura que se segue procede-se a uma comparação entre despesa corrente orçamentada, despesa corrente paga e despesa corrente comprometida, por categoria:



d

No que se refere à execução orçamental das despesas de capital, estas apresentam o seguinte detalhe:

Despesas de Capital	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga líquida	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
Aquisições de Bens de Capital	62 546 209,00 €	45 853 105,38 €	29 734 011,04 €	971 442,29 €	73%	48%
Transferências de capital	823 584,00 €	468 345,07 €	386 769,23 €	- €	57%	47%
Outras despesas de capital	500,00 €	- €	- €	- €	0%	0%
<b>Total</b>	<b>63 370 293,00 €</b>	<b>46 321 450,45 €</b>	<b>30 120 780,27 €</b>	<b>971 442,29 €</b>	<b>73%</b>	<b>48%</b>

Com base no quadro supra conclui-se que o grau de execução das despesas de capital, tendo em conta os compromissos e pagamentos, é cerca de 73% e 48%, respetivamente. Isto significa que para um investimento global estimado de 63.370.293,00 euros, o Município comprometeu 46.321.450,45 euros e pagou por via de celebração de procedimentos públicos com fornecedores no valor de 30.120.780,27 euros.

Despesas não efetivas	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga líquida	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
Despesa com passivos financeiros	857 343,00 €	857 342,48 €	857 342,42 €	- €	100%	100%
<b>Total</b>	<b>857 343,00 €</b>	<b>857 342,48 €</b>	<b>857 342,42 €</b>	<b>- €</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Relativamente aos passivos financeiros concluímos que a execução em 2025 foi plena, sendo que não foram contraídos novos empréstimos.

De referir que os dados aqui apresentados relativos à aquisição de bens de capital correspondem aos dados incluídos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), conforme verificado no **§ Plano plurianual de investimentos (PPI)**.

### ■ **Rácios receita/despesa**

Listamos abaixo um conjunto de rácios cuja análise se considera relevante:

31 de dezembro de 2025	Dotações corrigidas	Execução
<b>Grau de cobertura da despesa corrente pela receita corrente</b>	95%	120%
<b>Despesa</b>		
Peso da despesa corrente na despesa total	65%	76%
Peso da despesa de capital na despesa total	35%	24%
Peso da despesa com aquisição de bens e serviços na despesa corrente	55%	53%
Peso da despesa com o pessoal na despesa corrente	32%	33%
<b>Receita</b>		
Peso da receita corrente na receita total	62%	66%
Peso da receita de capital na receita total	11%	6%
Peso dos impostos diretos na receita corrente	45%	48%
<b>Equilíbrio Orçamental e Dívida</b>		
Saldo corrente / Receitas correntes	-	16%

Do ponto de vista da execução, a receita corrente executada corresponde a 120% da despesa corrente paga, tendo sido suficiente para fazer face ao cumprimento da despesa corrente.

A despesa corrente representa cerca de 76% da despesa paga total, e a despesa de capital representa 24%. A despesa corrente com aquisições de bens e serviços representa 53% das despesas correntes pagas no período e a despesa com o pessoal representa 33%.

A receita corrente representa 62% da receita total prevista e 66% da receita total executada, uma vez que a receita de capital cobrada foi inferior. Os impostos são a principal rubrica da receita corrente executada, conforme já havia sido anteriormente constatado, representando 48% da receita corrente cobrada.

### ■ Plano plurianual de investimentos (PPI)

O PPI contempla, “Uma demonstração de execução anual do PPI, que tem como finalidade permitir o controlo da execução anual do plano plurianual de investimentos, facultando informação relativa a cada programa e projeto de investimento, designadamente sobre forma de realização, fontes de financiamento (devendo ser indicada a percentagem de financiamento externo), fase de execução, financiamento da componente anual e valor global do programa/projeto, e execução financeira dos anos anteriores, no período e esperada para períodos futuros.”

No PPI são discriminados todos os projetos de investimento relativamente aos quais existam pagamentos durante o ano. Este mapa inclui as datas de início e conclusão prevista de cada projeto, os montantes pagos em anos anteriores, se for o caso, e os valores a executar em anos seguintes, bem como o valor a pagar no ano em causa.

Os valores inscritos no PPI refletem os projetos e ações que implicam despesas orçamentais destinadas ao investimento classificadas na demonstração de execução orçamental da despesa, na rubrica “D7. Investimento”.

Desta forma, o PPI contempla, sobretudo, os investimentos que a autarquia promove e desenvolve no âmbito dos objetivos e programas que são definidos como prioritários.

Os valores inscritos no PPI são apresentados, no balanço, numa rubrica de imobilizado e, ainda, na demonstração dos resultados numa rubrica de gastos, uma vez que nem toda a despesa aqui inscrita configura a definição de Ativo fixo tangível, conforme previsto no SNC-AP.

O PPI do Município, tendo em conta as despesas com aquisição de bens de capital, apresenta um grau de execução anual de cerca de 48%, conforme evidenciado no quadro abaixo:

Despesas de Capital	Dotações corrigidas	Montante previsto PPI	Despesa paga líquida	Montante Executado PPI	Grau de execução orçamental
Aquisições de Bens de Capital	62 546 209,00 €	62 546 209,00 €	29 734 011,04 €	29 734 011,04 €	48%
<b>Total</b>	<b>62 546 209,00 €</b>	<b>62 546 209,00 €</b>	<b>29 734 011,04 €</b>	<b>29 734 011,04 €</b>	<b>48%</b>

Verificámos que não existem diferenças apuradas na reconciliação da informação apresentada no PPI e na demonstração da execução da despesa na rubrica de aquisição de bens de capital.

## ■ **Outros documentos preparados no âmbito da execução orçamental**

### ▪ **Deveres de informação**

#### Sistema de informação para o Subsetor da Administração Local (SISAL)

Com a entrada em vigor do SNC-AP e, por conseguinte, da Portaria n.º 128/2017, de 5 de abril, todas as entidades da administração local devem remeter todas as peças de relato, exigida em termos do SNC-AP, para o SISAL mensalmente, a saber:

- Demonstração de execução orçamental da despesa;

- Demonstração de execução orçamental da receita;
- Demonstração do desempenho orçamental;
- Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos;
- Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos;
- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Balancete analítico;
- Mapa de retenções;
- Operações de tesouraria;
- Mapa de fundos disponíveis.

Verificámos que os mapas foram submetidos no SISAL. Com referência a 31 de dezembro de 2025, os fundos disponíveis totalizam 34.545.831,67 euros e que o Município não apresenta pagamentos em atraso.

#### Plataforma eletrónica de contratação pública

O Código dos Contratos Públicos, no seu artigo 127º, e respetiva legislação regulamentar definem obrigações de comunicação de informação no portal *base.gov*, que visam cumprir as obrigações de publicitação previstas no referido Código. Este portal destina-se a promover a transparência na contratação pública.

As análises à contratação pública serão efetuadas e reportadas no relatório anual.

#### ■ **Procedimentos de auditoria sobre a execução orçamental**

De uma forma geral, foram executados os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificação dos protocolos subjacentes às transferências correntes obtidas e confirmação de recebimento efetivo de transferências correntes e de capital;
- ▶ Verificação da correta apresentação da receita na posição atual do orçamento da receita;
- ▶ Verificação de cumprimento das fases da despesa;

- ▶ Verificação da correta apresentação da despesa na posição atual do orçamento da despesa;
- ▶ Recálculo de taxa de execução da despesa e da receita; e
- ▶ Confirmação da conformidade da classificação orçamental (económica, funcional e orgânica).

Conforme foi acima referido, foi preparada uma reconciliação entre a contabilidade patrimonial e orçamental, tanto ao nível da despesa, como ao nível da receita, sem que fossem identificadas diferenças relevantes. Refira-se que as principais diferenças se relacionam com a especialização dos exercícios, ou seja, acréscimos e diferimentos de gastos e rendimentos, registados na contabilidade patrimonial, e não executados para efeitos de contabilidade orçamental, uma vez que se trata de rendimentos não recebidos e gastos não pagos a 31 de dezembro de 2025.

Não foram identificadas exceções ou outros assuntos passíveis de aqui serem mencionados.

Não foram identificadas matérias relevantes que tenham influenciado significativamente a execução orçamental do período.

## **VII. Demonstrações Financeiras**

Apresenta-se abaixo o balanço que consideramos ser inteiramente comparável com o período anterior, uma vez que foram ambos preparados de acordo com os princípios contabilísticos previstos no SNC-AP.

## ■ Balanço – Ativo

Balanço - Ativo	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo não corrente</b>		
- Ativo fixo tangível	272 257 404,66 €	252 407 001,89 €
- Ativo Intangível	764 590,55 €	757 389,58 €
- Participações financeiras	3 642 552,00 €	3 642 552,00 €
- Diferimentos	6 914 340,41 €	7 874 638,85 €
<b>Total - Ativo não corrente</b>	<b>283 578 887,62 €</b>	<b>264 681 582,32 €</b>
<b>Ativo corrente</b>		
- Inventários	1 824 188,85 €	1 569 256,18 €
- Clientes, contribuintes e utentes	2 559 625,32 €	3 336 965,01 €
- Estado e outros entes públicos	216 250,97 €	262 474,49 €
- Outras contas a receber	30 525 164,92 €	29 735 833,21 €
- Diferimentos	1 312 760,52 €	1 339 188,40 €
- Caixa e depósitos	52 491 904,90 €	53 481 471,42 €
<b>Total - Ativo corrente</b>	<b>88 929 895,48 €</b>	<b>89 725 188,71 €</b>
<b>Total - Ativo</b>	<b>372 508 783,10 €</b>	<b>354 406 771,03 €</b>

### ■ Ativo fixo tangível e intangível

O imobilizado do Município apresenta-se, a 31 de dezembro de 2025, da seguinte forma:

Ativo fixo tangível e intangível	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Ativo fixo tangível	230 516 042,77 €	229 453 945,99 €	1 062 096,78 €
Ativos fixos tangíveis em curso	41 711 794,95 €	22 923 488,96 €	18 788 305,99 €
Adiantamentos por conta de investimentos	29 566,94 €	29 566,94 €	- €
<b>Total</b>	<b>272 257 404,66 €</b>	<b>252 407 001,89 €</b>	<b>19 850 402,77 €</b>
Ativo intangível	764 590,55 €	757 389,58 €	7 200,97 €
<b>Total</b>	<b>764 590,55 €</b>	<b>757 389,58 €</b>	<b>7 200,97 €</b>

Verifica-se uma oscilação no Ativo fixo tangível (AFT) de 19.850.402,77 euros, face ao período homólogo. Este incremento deve-se, sobretudo, à conclusão de pavimentações de ruas, a diversas obras, nomeadamente nos complexos desportivos e outras construções. Em termos de AFT em curso, destaca-se a construção do lar, apoio domiciliário e centro de dia das

Fontainhas, a reabilitação da conduta adutora e distribuidora do Troço Cerro do Ouro e a requalificação e ampliação da Escola Básica Integrada de Ferreiras.

A rubrica de imobilizado, a 31 de dezembro de 2025, apresenta o seguinte detalhe:

	Valor Bruto			
	Saldo inicial	Aumentos	Transferência	Saldo final
<b>Ativo Intangível</b>	3 892 530,02 €	571 488,96 €	- €	4 464 018,98 €
<b>Ativo Fixo Tangível</b>				
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	245 193 073,07 €	1 927 983,60 €	4 109 680,85 €	251 230 737,52 €
Terrenos e recursos naturais	29 585 389,35 €	1 326 510,42 €	- €	30 911 899,77 €
Edifícios e outras construções	151 293 499,17 €	2 584 124,93 €	2 264 146,21 €	156 141 770,31 €
Equipamento básico	21 584 383,48 €	995 570,91 €	- 976 862,10 €	21 603 092,29 €
Equipamento de transporte	8 963 060,25 €	225 725,39 €	- 291 725,51 €	8 897 060,13 €
Equipamento administrativo	12 634 391,20 €	240 107,35 €	- 9 766,02 €	12 864 732,53 €
Equipamento Biológico	1 967 399,99 €	111 948,45 €	- €	2 079 348,44 €
Outros ativos fixos tangíveis	5 095 821,11 €	313 633,03 €	- 18 014,63 €	5 391 439,51 €
<b>Ativo Fixo Tangível em curso</b>	22 923 488,96 €	27 134 778,29 €	- 8 346 472,30 €	41 711 794,95 €
<b>Adiantamentos por conta de investimentos</b>	29 566,94 €	- €	- €	29 566,94 €
<b>Total</b>	<b>503 162 603,54 €</b>	<b>35 431 871,33 €</b>	<b>- 3 269 013,50 €</b>	<b>535 325 461,37 €</b>

	Depreciações Acumuladas			
	Saldo inicial	Depreciações do exercício	Regularizações / Reversões	Saldo final
<b>Ativo Intangível</b>	3 135 140,44 €	564 287,99 €	- €	3 699 428,43 €
<b>Ativo Fixo Tangível</b>				
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	165 789 856,59 €	6 482 906,18 €	- €	172 272 762,77 €
Edifícios e outras construções	38 981 161,01 €	3 900 386,36 €	- 424,18 €	42 881 123,19 €
Equipamento básico	17 419 814,55 €	1 185 242,69 €	- 976 262,17 €	17 628 795,07 €
Equipamento de transporte	8 300 426,10 €	370 857,97 €	- 291 725,51 €	8 379 558,56 €
Equipamento administrativo	10 401 320,36 €	676 700,81 €	- 9 766,02 €	11 068 255,15 €
Equipamentos biológicos	1 861 057,39 €	95 773,44 €	- €	1 956 830,83 €
Outros ativos fixos tangíveis	4 109 435,63 €	323 982,31 €	- 16 705,78 €	4 416 712,16 €
<b>Total</b>	<b>249 998 212,07 €</b>	<b>13 600 137,75 €</b>	<b>- 1 294 883,66 €</b>	<b>262 303 466,16 €</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>253 164 391,47 €</b>	<b>13 600 137,75 €</b>	<b>- 1 974 129,84 €</b>	<b>273 021 995,21 €</b>

Obtivemos o suporte documental para uma amostra das aquisições do período e concluímos positivamente acerca da classificação e rigor, valorização e imputação dos registos.

Por forma a validarmos o rigor, valorização e imputação da rubrica efetuámos a reconciliação entre os mapas do software de imobilizado e os montantes presentes na contabilidade



patrimonial, sendo que não foram identificadas divergências materiais entre a informação analisada.

Com base no cadastro do AFT (mapa síntese detalhado) identificámos vários bens, principalmente imóveis, cuja valorização não foi possível apurar por parte do Município (valor bruto nulo). Estes bens foram adquiridos, na sua maioria, com recurso a transações sem contraprestação, pelo que o critério de mensuração seria o seu Valor Patrimonial Tributário (VPT). No entanto, o Município não dispõe de documentação, incluindo a caderneta predial dos imóveis, que permita apurar o seu valor.

Relativamente à rubrica de ativos fixos tangíveis em curso, a mesma encontra-se detalhada por obra. Dado que vários dos investimentos presentes nesta rubrica são subsidiados com recurso a subsídios não reembolsáveis, ressalvamos a necessidade de o Município continuar a acompanhar a sua execução e o respetivo término, por forma a que o subsídio inerente seja transferido para o património líquido e imputado o rendimento inerente atempadamente.

Incluídos no AFT encontram-se os ativos de concessão, que sintetizamos:

Ativos de concessão					
	Saldo Inicial	Aumentos	Depreciação do período	Depreciação acumulada	Saldo final
<b>Ativo Fixo Tangível</b>					
<b>- Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>					
Concessão EDP	5 305 991,18 €	- €	339 024,98 €	1 497 965,00 €	4 966 966,20 €
Concessão Rede Giro	905 178,05 €	- €	129 311,15 €	515 487,68 €	775 866,90 €
Concessão Alumarina	16 425 298,12 €	- €	288 163,13 €	576 326,26 €	16 137 134,99 €
<b>- Edifícios e outras construções</b>					
Concessão crematório	578 025,65 €	- €	40 789,08 €	112 224,06 €	537 236,57 €
Concessão do Parque de estacionamento P5	2 660 095,92 €	- €	59 113,24 €	354 679,44 €	2 600 982,68 €
Concessão do Parque de estacionamento P6	1 674 095,43 €	- €	98 476,20 €	492 381,00 €	1 575 619,23 €
<b>Total</b>	<b>27 548 684,35 €</b>	<b>- €</b>	<b>954 877,78 €</b>	<b>3 549 063,44 €</b>	<b>26 593 806,57 €</b>

Refira-se em 2025 não foram registados novos ativos da concessão da EDP distribuição, uma vez que o Município não conseguiu obter a informação relativa ao ano de 2025.

Face ao exposto, concluímos com a seguinte **reserva por limitação de âmbito**:

*“A rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, no montante de 272.257.404,66 euros, incorpora imóveis cuja respetiva valorização (valor bruto) não foi apurada, em consonância com a NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis, permanecendo no cadastro com valor nulo. São ativos adquiridos mediante*

transação sem contraprestação, para os quais a Entidade, a esta data, não dispõe de informação que permita determinar o seu valor bruto, nomeadamente através do Valor Patrimonial Tributário (VPT). Face ao exposto, consideramos que não nos foi possível obter prova de auditoria, suficiente e apropriada, que nos permita concluir sobre o possível impacto na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, incluindo as depreciações acumuladas, e as depreciações do exercício.”

### ▪ Participações financeiras

As participações financeiras detidas pelo Município, a 31 de dezembro de 2025, encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição e detalham-se da seguinte forma:

Denominação	Natureza da entidade	%	Valor da participação	Imparidade	Valor do investimento financeiro 31.12.2025
ANMP - Associação Municipal de Municípios Portugueses	Não societária	0,32%	-	-	-
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Não societária	1,17%	-	-	-
CI - AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	Não societária	6,25%	-	-	-
ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S	Societária	5,66%	424 500,00 €	- €	424 500,00 €
Águas do Algarve, SA	Societária	5%	1 446 350,00 €	- €	1 446 350,00 €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Fundo	0%	1 769 202,00 €	- €	1 769 202,00 €
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	Societária	0%	1 000,00 €	1 000,00 €	- €
Imortal de Albufeira Futebol, SAD	Societária	10%	49 880,00 €	49 880,00 €	- €
Laboratório Corporativo do Algarve Biomedical Center: so	Societária	5%	2 500,00 €	- €	2 500,00 €
<b>Total</b>			<b>3 693 432,00 €</b>	<b>- 50 880,00 €</b>	<b>3 642 552,00 €</b>

A rubrica de participações financeiras não apresenta oscilação face ao período homólogo, uma vez que não foram adquiridas/alienadas participações financeiras, e considerando que as participações se encontram mensuradas ao custo de aquisição.

À data de elaboração do presente relatório o Município não dispõe das demonstrações financeiras das Entidades participadas a 31 de dezembro de 2025. Indagámos os serviços sobre a existência de alterações significativas nas Entidades, sendo que nada lhes chegou ao conhecimento. Tendo em conta as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2024, consideramos que não existem indícios de imparidade.

### ▪ Inventários

O saldo a 31 de dezembro de 2025 respeita a mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo, conforme quadro infra.

Inventários	31/12/2025	31/12/2024	Variação
<b>Mercadorias</b>			
Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda	94 830,99 €	95 976,54 € -	1 145,55 €
Água	- €	- €	- €
<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</b>			
Outras Peças para manutenção - Maq. E Viat.	8 091,16 €	7 295,67 €	795,49 €
Gasóleo - Máquinas e Viaturas	36 148,77 €	20 085,88 €	16 062,89 €
Gasolina - Máquinas e Viaturas	37 376,49 €	21 532,65 €	15 843,84 €
Óleos e Lubrificantes	10 664,14 €	15 367,50 € -	4 703,36 €
Artigos de Higiene e Limpeza	72 998,64 €	43 662,60 €	29 336,04 €
Outros	1 564 078,66 €	1 365 335,34 €	198 743,32 €
<b>Total</b>	<b>1 824 188,85 €</b>	<b>1 569 256,18 €</b>	<b>254 932,67 €</b>

A mensuração dos bens adquiridos para inventário é efetuada pelo custo de aquisição e o mesmo encontra-se valorizado pelo custo médio ponderado.

Efetuámos a reconciliação da listagem de inventário a 31 de dezembro de 2025 com os registos contabilísticos e não identificámos temas a reportar.

Adicionalmente, da uma contagem física por parte da equipa de auditoria no dia 11 de dezembro de 2025, com referência ao inventário a 31 de dezembro de 2025. Reconciliámos a contagem de inventário com a listagem de inventários a 31 de dezembro de 2025 e concluímos sem assuntos de reporte.

Concluimos ainda que o Município tem como preocupação o abate de bens obsoletos, sendo que os bens sem rotatividade resultam de peças de manutenção da rede de abastecimento de água pelo que não são considerados obsoletos pela probabilidade de poderem vir a ser precisos numa reparação futura.

#### ▪ **Clientes, contribuintes e utentes**

A rubrica em análise contempla os valores faturados pelo Município, mas que ainda não foram recebidos até 31 de dezembro de 2025, conforme detalhe infra:

f

Cientes, contribuintes e utentes	31/12/2025	31/12/2024	Varição
Cientes	7 454 287,01 €	7 157 902,25 €	296 384,76 €
Contribuintes	185 932,20 €	34 470,55 €	151 461,65 €
Utentes	123 919,42 €	95 473,27 €	28 446,15 €
Perdas por imparidade acumuladas	- 5 204 513,31 €	- 3 950 881,06 €	- 1 253 632,25 €
<b>Total</b>	<b>2 559 625,32 €</b>	<b>3 336 965,01 €</b>	<b>- 777 339,69 €</b>

Dado que os clientes, contribuintes e utentes se tratam na sua maioria de particulares não foi efetuada a circularização de saldos. Assim, procedemos à reconciliação entre os montantes pendentes no mapa de dívidas a 31 de dezembro de 2025 e os registos contabilísticos, sendo que concluímos sem diferenças a reportar.

O Município tem como critério registar as dívidas dos clientes cujamora seja acima de 12 meses, isto para as dívidas provenientes da venda de água, como perda por imparidade.

#### ▪ Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber apresenta a 31 de dezembro de 2025 a seguinte decomposição:

Outras contas a receber	31/12/2025	31/12/2024	Varição
Acréscimos de rendimentos			
- Juros a receber	2,28 €	2,28 €	- €
- Diversos	7 881 066,93 €	7 012 279,34 €	868 787,59 €
- IMI	22 653 930,40 €	22 733 132,74 €	- 79 202,34 €
Outros devedores	- 9 813,78 €	- 9 560,24 €	- 253,54 €
Adiantamentos a fornecedores	- 20,91 €	- 20,91 €	- €
<b>Total</b>	<b>30 525 164,92 €</b>	<b>29 735 833,21 €</b>	<b>789 331,71 €</b>

O acréscimo de rendimentos resulta essencialmente da receita de IMI de anos anteriores que a esta data ainda não foi cobrada e da receita do IMI de 2025 que apenas será cobrada em 2026. Adicionalmente, na rubrica de diversos destacamos o acréscimo da receita relacionada com a faturação da água emitida em janeiro e fevereiro de 2026 que correspondia a consumos de 2025, no valor de 3.104.589,00 euros, da receita do IMT referente ao mês de dezembro de 2025 cobrada em 2026, no valor de 2.545.167,51 euros, e, por fim, o acréscimo da renda da

concessão da E-Redes referente ao valor que se encontra por receber de 2025, no valor de 1.377.450,34 euros.

O Município alocou saldos contranatura na rubrica de outras contas a receber, contudo consideramos que os valores não são materiais.

▪ **Diferimentos (ativo não corrente e ativo corrente)**

A rubrica de diferimentos - ativo, a 31 de dezembro de 2025, apresenta o seguinte detalhe:

Diferimentos	31/12/2025	31/12/2024	Varição
<b>Ativo não corrente</b>			
- Concessões - Translagos	6 914 340,41 €	7 874 638,85 € -	960 298,44 €
<b>Ativo corrente</b>			
- Seguros a reconhecer	271 892,51 €	228 733,18 €	43 159,33 €
- Rendas a reconhecer	6 536,56 €	6 536,56 €	- €
- Outros gastos a reconhecer	84 770,46 €	84 847,75 € -	77,29 €
- Concessões - Translagos	949 560,99 €	1 019 070,91 € -	69 509,92 €
<b>Total</b>	<b>8 227 100,93 €</b>	<b>9 213 827,25 € -</b>	<b>986 726,32 €</b>

A oscilação presente na rubrica em análise prende-se com o reconhecimento do contrato de concessão com a Translagos Transportes Públicos, Lda, que prevê que o Município pague um valor mensal à Entidade pela exploração do serviço. O contrato foi celebrado por 10 anos, com início em 2023. No que concerne ao valor, refira-se que o mesmo foi atualizado para os anos seguintes com base na fatura de dezembro de 2025. O Município deve continuar a atualizar o mesmo em linha com o procedimento adotado.

Em termos de alocação no ativo não corrente e no ativo corrente, identificámos uma diferença imaterial de 187.388,61 euros, cujo impacto em termos do total do ativo é nulo.

▪ **Caixa e depósitos**

A 31 de dezembro de 2025, esta rubrica apresenta-se da seguinte forma:

A

Caixa e depósitos	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Caixa	6 968,58 €	5 569,94 €	1 398,64 €
Depósitos à ordem	51 714 014,51 €	53 215 538,01 €	- 1 501 523,50 €
Depósitos a prazo	770 921,81 €	260 363,47 €	510 558,34 €
<b>Total</b>	<b>52 491 904,90 €</b>	<b>53 481 471,42 €</b>	<b>- 989 566,52 €</b>

Verifica-se um decréscimo das disponibilidades do Município justificado pelo facto da receita cobrada em 2025 ter sido inferior à despesa paga total no mesmo período, conforme abordado no **§ Execução orçamental – considerações gerais**.

Como procedimento de auditoria, despoletámos pedidos de confirmação externa a todas as entidades bancárias com quem o Município realiza transações, sendo que obtivemos as respostas de todas as entidades bancárias circularizadas, com exceção da resposta do Millennium BCP, para a qual efetuámos procedimentos alternativos, tendo concluído sem assuntos a reportar.

Analisámos as reconciliações bancárias de todas as instituições bancárias em que o Município opera, tendo sido identificado movimentos em reconciliação, resultantes do decurso normal da atividade do Município.

## ■ Balanço – Fundos Próprios e Passivo

Balanço - Património líquido e Passivo	31/12/2025	31/12/2024
<b>Património líquido</b>		
- Património / Capital	98 277 064,28 €	98 277 064,28 €
- Reservas	8 751 304,33 €	8 751 304,33 €
- Resultados transitados	154 480 434,95 €	158 787 025,80 €
- Outras variações de património líquido	29 026 202,61 €	22 050 520,83 €
- Resultado líquido do exercício	1 595 369,22 €	- 4 241 350,03 €
<b>Total - Património líquido e Passivo</b>	<b>292 130 375,39 €</b>	<b>283 624 565,21 €</b>
<b>Passivo não corrente</b>		
- Provisões	7 038 412,97 €	5 660 692,18 €
- Financiamentos obtidos	9 118 163,72 €	4 551 570,49 €
- Diferimentos	36 166 870,00 €	35 286 432,68 €
- Outras contas a pagar	546 733,20 €	546 733,20 €
<b>Total - Passivo não corrente</b>	<b>52 870 179,89 €</b>	<b>46 045 428,55 €</b>
<b>Passivo corrente</b>		
- Credores por transferências e subsídios conce	8 187 758,03 €	9 047 857,95 €
- Fornecedores	6 227 231,11 €	3 271 211,35 €
- Estado e outros entes públicos	279 007,63 €	244 967,78 €
- Financiamentos obtidos	857 342,40 €	857 342,38 €
- Fornecedores de investimento	1 582 949,73 €	584 342,35 €
- Outras contas a pagar	9 340 311,32 €	7 484 683,28 €
- Diferimentos	1 033 627,60 €	3 246 372,18 €
<b>Total - Passivo corrente</b>	<b>27 508 227,82 €</b>	<b>24 736 777,27 €</b>
<b>Total - Passivo</b>	<b>80 378 407,71 €</b>	<b>70 782 205,82 €</b>
<b>Total - Património líquido e Passivo</b>	<b>372 508 783,10 €</b>	<b>354 406 771,03 €</b>

### ■ Património líquido

As variações nas rubricas de património líquido decorrem:

- Da aplicação dos resultados gerados no exercício de 2024, em resultados transitados, conforme proposto e aprovado em Assembleia Municipal;

- Dos subsídios ao investimento não reembolsáveis, que resultam dos acordos e protocolos celebrados, registados na rubrica de outras variações de património líquido. Subsequentemente, são reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente as depreciações/amortizações dos ativos financiados;
- Das transferências de capital recebidas por parte da DGAL referentes ao FEF e ao artigo n.º 35 n.º 3 da Lei 73/2013, registadas na rubrica de outras variações de património líquido;
- Do resultado líquido de 2025.

Não foram identificadas outras variações ou assuntos de auditoria passíveis de reporte.

#### ▪ Provisões

A rubrica de provisões, a 31 de dezembro de 2025, decompõe-se da seguinte forma:

Provisões	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Processos judiciais em curso	4 588 401,92 €	3 210 681,13 €	1 377 720,79 €
Outros - Taxa municipal de proteção civil	2 450 011,05 €	2 450 011,05 €	- €
<b>Total</b>	<b>7 038 412,97 €</b>	<b>5 660 692,18 €</b>	<b>1 377 720,79 €</b>

No âmbito do processo de circularização de saldos junto dos advogados que prestam serviços ao Município obtivemos resposta dos seguintes advogados/sociedades de advogados:

- AAMM - Abecasis, Moura Marques & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL;
- Lobo, Carmona & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL;
- Dra. Lina Maria Aleluia Cabrita Bazelga;
- Dr. Paulo Henriques Martins;
- Dr. Fernando Miguel Cabrita da Silva.

Encontram-se registadas na contabilidade do Município provisões relativas a processos em curso no montante de 7.038.412,97 euros. Face ao ano anterior o Município reverteu provisões constituídas em anos anteriores, em resultado da evolução de alguns processos, no valor de

6.948,60 euros e contabilizou novas provisões no valor de 1.384.667,79 euros, com base nas respostas dos advogados.

Refira-se que os restantes processos mencionados pelas Sociedades de Advogados/Advogados, cuja probabilidade de perda é baixa, e por esse motivo não foram provisionados, encontram-se divulgados no anexo às demonstrações financeiras do Município, como passivos contingentes. Concordamos com a divulgação.

▪ **Financiamentos obtidos (passivo não corrente e passivo corrente)**

A composição da rubrica à data de 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

Financiamentos obtidos	31/12/2025	31/12/2024	Variação
<b>Médio e longo prazo</b>			
- Novo banco	1 929 020,46 €	2 786 362,90 € -	857 342,44 €
- Caixa de Crédito Agrícola Mutuo	7 189 143,26 €	1 765 207,59 €	5 423 935,67 €
<b>Curto Prazo</b>			
- Novo banco	857 342,40 €	857 342,38 €	0,02 €
<b>Total</b>	<b>9 975 506,12 €</b>	<b>5 408 912,87 €</b>	<b>4 566 593,25 €</b>

A variação verificada na rubrica em análise prende-se com a disponibilização de verba uma vez que o financiamento da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, no valor de 17.600.000,00 euros, vai sendo libertado consoante o reporte da despesa efetuada pelo Município.

Obtivemos o mapa de responsabilidades de crédito do Banco de Portugal e reconciliámos com o saldo apresentado na rubrica de financiamentos e concluímos sem assuntos de reporte.

Adicionalmente, verificámos que o Município alocou os empréstimos em curto e longo prazo sendo que concordamos com a afetação.

▪ **Credores por transferência e subsídios concedidos**

A rubrica de credores por transferências e subsídios concedidos apresenta o seguinte saldo a 31 de dezembro de 2025:

Credores por transferências e subsídios concedidos	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Outros	8 187 758,03 €	9 047 857,95 € -	860 099,92 €
<b>Total</b>	<b>8 187 758,03 €</b>	<b>9 047 857,95 € -</b>	<b>860 099,92 €</b>



A variação presente na rubrica em análise prende-se, sobretudo, com os pagamentos devidos em 2025 relativos ao contrato de concessão em que o Município concedeu à Translagos Transportes Públicos, Lda o direito de exploração da central de camionagem.

#### ▪ **Fornecedores c/c e Fornecedores de investimento**

A rubrica de fornecedores e fornecedores de investimento, a 31 de dezembro de 2025, apresenta-se como se segue:

Fornecedores	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Fornecedores c/c	6 227 231,11 €	3 271 211,35 €	2 956 019,76 €
Fornecedores de investimento	1 582 949,73 €	584 342,35 €	998 607,38 €
<b>Total</b>	<b>7 810 180,84 €</b>	<b>3 855 553,70 €</b>	<b>3 954 627,14 €</b>

O valor apresentado na rubrica de fornecedores conta corrente representa faturas registadas no final de 2025 que terão sido pagas já em 2026, dentro do seu prazo de vencimento.

Na análise à rubrica de fornecedores foram efetuados procedimentos de confirmação externa de saldos aquando da revisão de final de exercício. Obtivemos um número de respostas considerável, sendo que as diferenças inicialmente identificadas foram devidamente reconciliadas e ajustadas.

Adicionalmente, e por forma a garantir um maior grau de segurança razoável sobre a rubrica, foram efetuados procedimentos alternativos, através plataforma e-fatura da Autoridade Tributária, para uma amostra de fornecedores.

As faturas que foram registadas após a data de referência do presente relatório, mas que respeitam ao período em análise, foram registadas por via de um acréscimo de gastos, permitindo uma correta especialização do exercício, com exceção da situação supramencionada.

Concluimos que os procedimentos acima descritos permitiram concluir satisfatoriamente acerca da plenitude, existência e rigor, valorização e imputação da rubrica de fornecedores.

#### ▪ **Outras contas a pagar (passivo não corrente e passivo corrente)**

As outras contas a pagar, a 31 de dezembro de 2025, apresentam-se como se segue:

Outras contas a pagar	31/12/2025	31/12/2024	Variação
<b>Passivo não corrente</b>			
Cauções	- €	- €	- €
Devedores por contratos de cedência	546 733,20 €	546 733,20 €	- €
<b>Passivo corrente</b>			
Acréscimo de gastos	5 731 047,01 €	4 590 890,80 €	1 140 156,21 €
Cauções	3 576 410,51 €	2 867 166,03 €	709 244,48 €
Outros Credores	32 853,80 €	26 626,45 €	6 227,35 €
<b>Total</b>	<b>9 887 044,52 €</b>	<b>8 031 416,48 €</b>	<b>1 855 628,04 €</b>

Conforme podemos observar no quadro infra, os acréscimos de gastos dividem-se em remunerações a liquidar, que visam garantir que os gastos com pessoal relativos ao ano de 2025, embora pagos e processados em 2026, são integralmente reconhecidos, tendo sido estimados com base na informação disponível à data, e outros acréscimos que decorrem da atividade do Município, nomeadamente relativos a fornecimentos e serviços externos. Os valores que transitaram de 2024 foram totalmente regularizados.

Acréscimos de gastos	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Remunerações a liquidar	4 485 074,74 €	4 179 752,35 €	305 322,39 €
Seguros a liquidar	- 298,75 €	- 298,75 €	- €
Outros	1 246 271,02 €	411 437,20 €	834 833,82 €
<b>Total</b>	<b>5 731 047,01 €</b>	<b>4 590 890,80 €</b>	<b>1 140 156,21 €</b>

Testámos os cálculos efetuados pelos serviços do Município, e consideramos os montantes registados razoáveis.

No que respeita às cauções, que resultam da parte que o Município retém dos contratos de empreitadas conforme estipulado no Código dos Contratos Públicos, verifica-se que as retenções efetuadas em 2025 foram superiores às cauções executadas/devolvidas, facto que justifica o incremento da rubrica. Reconciliámos, para uma amostra de empreitadas, as guias de recebimento com a devidas retenções das cauções com os registos contabilísticos, identificando uma diferença imaterial.

Chamamos a atenção, para o regime de liberação das cauções previsto no art.º 295.º do Código dos Contratos Públicos, recomendando que o Município proceda à análise periódica das cauções existentes relativas a projetos já terminados, mas que ainda não foram objeto de devolução.

## ▪ Diferimentos

A rubrica, a 31 de dezembro de 2025, detalha-se da seguinte forma:

Diferimentos	31/12/2025	31/12/2024	Varição
<b>Passivo não corrente</b>			
- Concessões	25 817 939,68 €	26 643 506,31 €	- 825 566,63 €
<b>Transferências e subsídios de capital obtidos com condições</b>			
- PRR - Plano de Recuperação e Resiliência	143 617,21 €	128 617,21 €	15 000,00 €
- Estado	- €	69 840,25 €	- 69 840,25 €
- Outros	9 384 479,81 €	4 757 073,14 €	4 627 406,67 €
- FEDER	820 833,30 €	3 687 395,77 €	- 2 866 562,47 €
<b>Total</b>	<b>36 166 870,00 €</b>	<b>35 286 432,68 €</b>	<b>880 437,32 €</b>
<b>Passivo corrente</b>			
<b>Acordos de concessão de serviços</b>			
- Concessões	775 866,89 €	905 178,04 €	- 129 311,15 €
<b>Transferências e subsídios de capital obtidos com condições</b>			
- Outros	257 760,71 €	2 341 194,14 €	- 2 083 433,43 €
<b>Total</b>	<b>1 033 627,60 €</b>	<b>3 246 372,18 €</b>	<b>- 2 212 744,58 €</b>

Os rendimentos a reconhecer que se encontram a ser diferidos pelo Município, respeitam essencialmente a transferências e subsídios de capital obtidos com condições, com destino a financiar empreitadas em curso. Quando as empreitadas são transferidas para ativo firme, os montantes do subsídio correspondente são transferidos para o património líquido, cuja imputação do rendimento será feita durante o período durante a vida útil dos respetivos ativos.

Efetuámos o recálculo dos rendimentos a reconhecer relativamente às transferências e subsídios de capital obtidos com condições e reconciliámos com os valores registados na contabilidade tendo identificado uma diferença imaterial.

No que concerne aos contratos de concessão, o Município, a 31 de dezembro de 2025, apresenta os seguintes:

Acordos de concessão	Concessionário	Ativo de Concessão	Valor inicial da concessão	Valor da concessão a 31/12/2024	Valor imputado em 2025 (depreciação)	Valor da concessão a 31/12/2025	Valor a imputar em 2026 - passivo corrente	Valor a imputar no MLP
Contrato de concessão da exploração dos parques de estacionamento P5 e P6 e do estacionamento à superfície na Av. da Liberdade, em Albufeira, e de obra pública	Círculo Digital, S.A.	Parque de estacionamento P5; P6; Estacionamento à superfície	5 023 662,35 €	4 334 191,35 €	157 589,44 €	4 176 601,91 €	157 589,44 €	4 019 012,47 €
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no município de Albufeira	EDP Distribuição	Energia Elétrica em baixa tensão (Edifícios, Equipamento)	7 039 415,00 €	5 305 991,18 €	339 024,88 €	4 966 966,20 €	339 024,88 €	4 627 941,22 €
Contrato de concessão da conceção, construção e exploração do Crematório de Albufeira	Cremal - Crematórios do Algarve, Lda	Terreno; Edifício; Equipamento (Forno de cremação e câmara frigorífica)	781 971,06 €	578 025,65 €	40 789,08 €	537 236,57 €	40 789,08 €	496 447,49 €
Contrato de concessão de rede de transportes urbanos de Albufeira (Rede Giro)	Translago - Transportes Públicos, Lda	Estação Central de Camionagem	1 293 111,49 €	905 178,05 €	129 311,15 €	775 866,90 €	129 311,15 €	646 555,75 €
Contrato de concessão da Marina de Albufeira	Albumarina - Sociedade Gestora de Marinas, S.A.	Porto destinado à navegação de recreio designado por Marina de Albufeira	16 713 461,25 €	16 425 298,12 €	288 163,13 €	16 137 134,99 €	288 163,13 €	15 848 971,86 €
			30 851 621,15 €	27 548 684,35 €	954 877,78 €	26 593 806,57 €	954 877,78 €	25 638 928,79 €
Contabilidade - conta 2824				27 548 684,35 €	954 877,78 €	26 593 806,57 €	775 866,89 €	25 817 939,68 €
Diferença				- €	- €	- €	179 010,89 €	- 179 010,89 €

Em termos de alocação no passivo não corrente e no passivo corrente, identificámos uma diferença imaterial de 179.010,89 euros, cujo impacto em termos do total do ativo é nulo.

Validámos os valores registados na contabilidade na rubrica de acordos de concessão de serviços e concluímos positivamente acerca do rendimento por reconhecer apresentado na contabilidade a 31 de dezembro de 2025 – em linha com o valor líquido contabilístico registado na rubrica de AFT. O Município, anualmente, deve garantir que dispõe da informação atualizada, por parte dos concessionários, relativamente aos novos ativos de concessão.

Não obstante, relativamente ao contrato de concessão com a E-Redes concluímos que o Município não obteve do concessionário a informação detalhada sobre os ativos de concessão, apesar das várias diligências efetuadas até à presente data. Na ausência da referida informação, não se encontram reunidas as condições necessárias que permitam ao Município proceder, com rigor e fiabilidade, ao registo dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração, conforme preconizado na NCP 4 – Acordos de Concessão. Assim, nas atuais circunstâncias, não estamos em posição de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras, concluindo com a seguinte **reserva por limitação de âmbito**:

*“Conforme divulgado na nota 4 do anexo, a Entidade não recebeu, de forma tempestiva, a informação atualizada e detalhada por parte da concessionária de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, pelo que não procedeu ao reconhecimento de novos ativos de concessão, ao abrigo da NCP 4 – Acordos de concessão. A ausência desta informação não nos*

permite avaliar o impacto que a mesma teria no ativo e, por conseguinte, no passivo da Entidade.”

### ▪ Rácios financeiros

Apesar de não existirem indicadores/rácios específicos de análise das performances económico-financeiros dos Municípios, consideramos o modelo aplicado à atividade empresarial. Contudo, e porque existem especificidades de atividade, objetivos, contextualização e informação, importa ter a noção que alguns dos indicadores apresentados não podem ter a mesma leitura para o Município que terão para o setor empresarial.

#### ▫ Fundo de manei

A 31 de dezembro de 2025 o Município apresenta um Fundo de manei de 61.421.667,66 euros face a 64.988.411,44 euros em 2024:

Fundo de manei	31/12/2025	31/12/2024
Ativo corrente	88 929 895,48 €	89 725 188,71 €
Passivo corrente	27 508 227,82 €	24 736 777,27 €
<b>Total</b>	<b>61 421 667,66 €</b>	<b>64 988 411,44 €</b>

Concluimos que o ativo corrente cobre o passivo de curto prazo em 61.421.667,66 euros, sendo por isso cumprida a regra do equilíbrio financeiro mínimo.

#### ▫ Liquidez geral

O rácio da Liquidez geral firma-se em 3,23 sendo que a 31 de dezembro de 2025 apresentava-se em 3,63:

Liquidez geral	31/12/2025	31/12/2024
Ativo corrente	88 929 895,48 €	89 725 188,71 €
Passivo corrente	27 508 227,82 €	24 736 777,27 €
<b>Total</b>	<b>3,23</b>	<b>3,63</b>

Este indicador mede a relação entre o ativo corrente e o passivo corrente. Sugere-se que este deva ser, pelo menos igual a um, para que se verifique um equilíbrio financeiro mínimo. Concluimos que este indicador evidencia que o ativo corrente cobre 3,23 vezes o passivo corrente, valor razoável.

### ▫ Solvabilidade

A 31 de dezembro de 2025 o Município apresenta um rácio de Solvabilidade de 3,63 face a 4,01 em 2024:

Solvabilidade	31/12/2025	31/12/2024
Património líquido	292 130 375,39 €	283 624 565,21 €
Passivo corrente	27 508 227,82 €	24 736 777,27 €
<b>Total</b>	<b>3,63</b>	<b>4,01</b>

A oscilação reflete uma menor capacidade do Município cumprir com os seus compromissos de médio longo prazo, contudo o valor do rácio apresenta-se favorável.

### ▫ Autonomia Financeira

A Autonomia Financeira apresenta um rácio de 78% face a 80%, em 31 de dezembro de 2025:

Autonomia financeira	31/12/2025	31/12/2024
Património líquido	292 130 375,39 €	283 624 565,21 €
Ativo	372 508 783,10 €	354 406 771,03 €
<b>Total</b>	<b>78%</b>	<b>80%</b>

A variação reflete uma ligeira menor capacidade de financiamento dos Ativos com recurso ao Património Líquido do Município.

d

## ■ Demonstração dos resultados

Demonstração dos Resultados	2025	2024
<b>Rendimentos e Gastos</b>		
Impostos e taxas	72 465 061,58 €	54 831 526,79 €
Vendas	10 565 970,74 €	10 077 121,12 €
Prestações de serviços	15 380 635,44 €	14 862 106,48 €
Transferências correntes e subsídios obtidos	16 387 521,96 €	14 556 141,69 €
Custo das mercadorias vendidas	- 7 488 057,18 €	- 6 809 263,61 €
Fornecimentos e serviços externos	- 41 265 774,24 €	- 35 181 324,94 €
Gastos com o pessoal	- 32 777 058,88 €	- 30 578 404,00 €
Transferências e subsídios concedidos	- 12 949 088,56 €	- 11 912 889,48 €
Prestações sociais	- 285 691,49 €	- 313 456,04 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	- 1 253 633,85 €	- 52 310,27 €
Provisões	- 1 377 719,19 €	88 647,23 €
Outros rendimentos e ganhos	5 660 681,66 €	4 195 905,09 €
Outros gastos e perdas	- 7 583 340,39 €	- 4 535 968,18 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>15 479 507,60 €</b>	<b>9 227 831,88 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 13 600 137,75 €	- 13 442 561,36 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>1 879 369,85 €</b>	<b>- 4 214 729,48 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13 701,44 €	151 396,21 €
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 595 369,22 €</b>	<b>- 4 241 350,03 €</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 595 369,22 €</b>	<b>- 4 241 350,03 €</b>

### ■ Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos para o período findo em 31 de dezembro de 2025, e respetivos comparativos, que consideramos serem integralmente comparáveis, detalham-se conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2025	2024	Variação
Serviços de saúde	68 541,91 €	61 855,70 €	6 686,21 €
Serviços de transporte	1 238 323,11 €	1 291 534,79 € -	53 211,68 €
Serviços de fornecimento de água	4 879 399,69 €	4 549 975,32 €	329 424,37 €
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	11 339 498,13 €	8 999 142,41 €	2 340 355,72 €
Trabalhos especializados	3 689 647,28 €	3 260 704,52 €	428 942,76 €
Publicidade, comunicação e imagem	1 075 675,02 €	586 882,65 €	488 792,37 €
Vigilância e segurança	1 020 512,12 €	630 727,14 €	389 784,98 €
Honorários	65 366,05 €	81 702,89 € -	16 336,84 €
Comissões	2 026 411,66 €	1 693 275,36 €	333 136,30 €
Conservação e reparação	1 600 358,24 €	1 314 449,69 €	285 908,55 €
Outros serviços especializados	- €	14 046,94 € -	14 046,94 €
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	224 247,08 €	243 498,01 € -	19 250,93 €
Livros e documentação técnica	8 930,41 €	5 985,15 €	2 945,26 €
Material de escritório	8 367,39 €	6 358,45 €	2 008,94 €
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	367 873,08 €	372 124,33 € -	4 251,25 €
Material de educação, cultura e recreio	43 814,64 €	155 616,09 € -	111 801,45 €
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	102 495,21 €	123 388,83 € -	20 893,62 €
Medicamentos e artigos para a saúde	270,36 €	10 580,85 € -	10 310,49 €
Produtos químicos e de laboratórios	24 913,01 €	17 433,51 €	7 479,50 €
Outros materiais diversos de consumo	962 201,04 €	1 020 634,44 € -	58 433,40 €
Electricidade	2 702 343,38 €	1 990 004,02 €	712 339,36 €
Combustíveis e lubrificantes	193 668,50 €	155 851,46 €	37 817,04 €
Deslocações e estadas	173 425,94 €	39 781,50 €	133 644,44 €
Transportes de pessoal	200 938,02 €	89 025,16 €	111 912,86 €
Transporte escolar	27 581,20 €	15 780,22 €	11 800,98 €
Outros	111 430,53 €	36 337,34 €	75 093,19 €
Rendas e alugueres	1 225 856,02 €	886 372,36 €	339 483,66 €
Comunicação	64 197,91 €	55 600,78 €	8 597,13 €
Seguros	357 455,84 €	129 250,76 €	228 205,08 €
Royalties	64 955,82 €	47 121,02 €	17 834,80 €
Contencioso e notariado	2 832,31 €	3 466,85 € -	634,54 €
Despesas de representação dos serviços	1 088,20 €	62,30 €	1 025,90 €
Limpeza, higiene e conforto	829 019,63 €	958 785,44 € -	129 765,81 €
Outros serviços	6 564 135,51 €	6 333 968,66 €	230 166,85 €
<b>Total</b>	<b>41 265 774,24 €</b>	<b>35 181 324,94 €</b>	<b>6 084 449,30 €</b>

De uma forma global, os fornecimentos e serviços externos (FSE) do Município aumentaram em 6.084.449,30 euros, face ao período homólogo, sendo que se destacam as variações das seguintes rubricas:

ad

A variação ocorrida é sobretudo justificada pelas seguintes rubricas:

- **Serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos**, regista um incremento de 2.340.355,72 euros, justificado pelo acordo modificativo do contrato de prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana;
- **Trabalhos especializados**, apresenta um aumento de 428.942,76 euros, essencialmente pela aquisição de serviços de assistentes técnicos (animador sócio-cultural) e assistentes operacionais designados para as escolas (atividades de animação e apoio à família, jardins de infância, cantinas escolares), pela aquisição de serviços de conservação, reparação e instalação de material de canalização e pelos serviços de manutenção do programa comunitário de desfibrilhação automática externa;
- **Publicidade, comunicação e imagem**, regista um incremento de 488.792,37 euros, essencialmente resultado da aquisição de serviços publicitários no Moto GP 2025 e à aquisição de serviços de impressão e montagem de cartazes, lonas para *outdoors* e outras estruturas de publicidade de rua destinadas à divulgação dos eventos promovidos pelo Município;
- **Eletricidade**, com um aumento de 712.339,36 euros que resulta do facto em 2024 não terem sido rececionadas todas as faturas do período, as quais foram registadas apenas em 2025, bem como do aumento do valor da energia;
- **Rendas e alugueres**, apresenta um incremento de 339.483,66 euros, sobretudo resultado ao aluguer de máquinas e viaturas operacionais.

Por amostragem, analisámos os documentos de suporte aos registos contabilísticos, sem que tivessem sido identificadas situações a reportar.

#### ▪ **Gastos com pessoal**

Os gastos com pessoal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e respetivos comparativos, detalham-se conforme se segue:

Gastos com pessoal	2025	2024	Variação
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	216 909,07 €	213 310,03 €	3 599,04 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	6 062,82 €	6 556,97 € -	494,15 €
Remuneração do pessoal	25 189 115,81 €	23 136 262,59 €	2 052 853,22 €
Indemnizações	8 353,36 €	- €	8 353,36 €
Encargos sobre remunerações	5 808 265,41 €	5 681 922,74 €	126 342,67 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	442 308,88 €	244 122,71 €	198 186,17 €
Outros gastos com o pessoal	20 801,56 €	219 493,45 € -	198 691,89 €
Outros encargos sociais	1 085 241,97 €	1 076 735,51 €	8 506,46 €
<b>Total</b>	<b>32 777 058,88 €</b>	<b>30 578 404,00 €</b>	<b>2 198 654,88 €</b>

Os gastos com pessoal registados em 2025 aumentaram 2.198.654,88 euros face ao período homólogo. O número de colaboradores nos quadros do Município, a 31 de dezembro de 2025, é de 1402 (31.12.2024: 1468). Ainda que se verifique a diminuição de colaboradores, as remunerações do pessoal aumentaram significativamente. Este incremento resulta do aumento da remuneração mínima mensal garantida, bem como as respetivas progressões de carreira, o que por sua vez faz aumentar os encargos.

Os procedimentos de auditoria efetuados, incluíram, entre outros, a verificação da conformidade de informação entre o processamento de salários e os gastos registados e testes de razoabilidade aos encargos com a segurança social. Dos procedimentos executados, não foram identificados assuntos passíveis de reporte.

#### ▪ Transferências e subsídios concedidos

Os gastos com transferências correntes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e respetivos comparativos, detalham-se conforme se segue:

Transferências e subsídios concedidos	2025	2024	Variação
Transferências correntes concedidas	12 647 729,33 €	11 284 527,74 €	1 363 201,59 €
Prestações sociais	285 691,49 €	313 456,04 € -	27 764,55 €
Transferências de capital concedidas	301 359,23 €	628 361,74 € -	327 002,51 €
<b>Total</b>	<b>13 234 780,05 €</b>	<b>12 226 345,52 €</b>	<b>1 008 434,53 €</b>

O montante registado nesta rubrica respeita essencialmente a importâncias concedidas a título de transferências correntes concedidas a diversas entidades, ao abrigo de diversos programas

d

de apoio. As transferências correntes concedidas contemplam principalmente os gastos referentes às verbas entregues às juntas de freguesia e a entidades do setor não lucrativo, para fazer face às respetivas despesas correntes.

Os valores de gastos aqui inscritos devem corresponder à despesa apresentada na económica “04. Transferências e subsídios correntes” e resulta de apoio financeiro a instituições sem fins lucrativos e de ação social, entre outros apoios atribuídos pelo Município.

### ▪ **Outros gastos**

Os outros gastos a 31 de dezembro de 2025 apresentam-se da seguinte forma:

Outros gastos	2025	2024	Variação
Impostos e taxas	2 343 516,21 €	2 122 399,53 €	221 116,68 €
Perdas em inventários	- €	304 598,45 €	- 304 598,45 €
Gastos em investimentos não financeiros	2 855,65 €	1 396 928,92 €	- 1 394 073,27 €
Outros	5 236 968,53 €	712 041,28 €	4 524 927,25 €
<b>Total</b>	<b>7 583 340,39 €</b>	<b>4 535 968,18 €</b>	<b>3 047 372,21 €</b>

A rubrica regista um aumento de 3.047.372,21 euros face ao período homólogo, decorrente sobretudo de correções relativas a exercícios anteriores, designadamente da regularização de prestações de serviços do período da Covid-19 o que levou à alteração do contrato celebrado com a entidade Luságua – Serviços Ambientais, S.A. Em 2024 o Município efetuou vários abates de ativos fixos tangíveis o que justifica a oscilação da rubrica de gastos em investimentos não financeiros.

### ▪ **Depreciações do exercício**

Ver comentários em **§ Ativo fixo tangível e intangível**.

### ▪ **Vendas, Prestações de serviços e Transferências e subsídios obtidos**

Os rendimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e respetivos comparativos, detalham-se conforme se segue:

	2025	2024	Varição
<b>Vendas</b>	10 565 970,74 €	10 077 121,12 €	488 849,62 €
<b>Prestações de serviços</b>	15 380 635,44 €	14 862 106,48 €	518 528,96 €
<b>Impostos e taxas</b>			
Derrama	894,30 €	12 983,40 €	- 12 089,10 €
Imposto municipal sobre imóveis	20 337 619,15 €	19 449 430,88 €	888 188,27 €
Imposto único de circulação	2 059 690,69 €	1 983 370,98 €	76 319,71 €
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	33 376 251,02 €	32 119 940,90 €	1 256 310,12 €
Contribuição Autárquica	572,91 €	- €	572,91 €
Taxas específicas das autarquias locais	15 437 475,25 €	691 044,05 €	14 746 431,20 €
Outras multas e penalidades	1 252 558,26 €	574 756,58 €	677 801,68 €
<b>Transferências correntes/de capital e subsídios obtidos</b>			
Estado	16 245 281,00 €	14 484 091,76 €	1 761 189,24 €
Serviços e Fundos Autónomos	14 593,15 €	4 270,13 €	10 323,02 €
FEDER	127 647,81 €	67 779,80 €	59 868,01 €
<b>Total</b>	<b>114 799 189,72 €</b>	<b>94 326 896,08 €</b>	<b>20 472 293,64 €</b>

Refira-se que, de uma forma geral, os rendimentos relativos a 2025 foram superiores aos registados em 2024, no montante de 20.472.293,64 euros.

A rubrica de impostos e taxas no seu cômputo geral teve um aumento de 17.633.534,79 euros face ao período homólogo. A oscilação resulta, principalmente, da receita da taxa turística que apenas foi cobrada em 2024 a partir do mês de julho e do aumento da receita cobrada do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis.

As transferências e subsídios correntes obtidos apresentam um aumento de 1.831.380,27 euros que decorre, essencialmente, do aumento da receita transferida pelo Estado.

Analisámos, numa base de amostragem, faturas e guias de receita emitidas, verificando a conformidade dos seus registos e, também, as suas liquidações. Testámos o corte de operações e garantimos que os dados da contabilidade patrimonial aqui espelhados se encontram consistentes com os dados da contabilidade orçamental, ainda que considerando as estimativas contabilísticas registadas. Os montantes apresentados na demonstração de execução orçamental da receita decorrem da receita executada.

Não foram identificadas diferenças ou erros significativos.

af

## ▪ Outros rendimentos

O saldo da rubrica de outros rendimentos apresenta a 31 de dezembro de 2025 detalha-se da seguinte forma:

Outros rendimentos	2025	2024	Variação
Rendimentos suplementares	30 231,00 €	23 687,00 €	6 544,00 €
Ganhos em inventários	90 365,58 €	110 126,65 €	- 19 761,07 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	3 584 711,59 €	2 156 268,52 €	1 428 443,07 €
Outros			
- Correções relativas a períodos anteriores	1 220 656,06 €	887 301,28 €	333 354,78 €
- Imputação de subsídios e transferências para investimentos	726 446,06 €	456 902,24 €	269 543,82 €
- Outros não especificados	8 271,37 €	561 619,40 €	- 553 348,03 €
<b>Total</b>	<b>5 660 681,66 €</b>	<b>4 195 905,09 €</b>	<b>1 464 776,57 €</b>

A rubrica apresenta um incremento de 1.464.776,57 euros, face ao período homólogo, que resulta essencialmente dos rendimentos em investimentos não financeiros.

Os rendimentos em investimentos não financeiros dizem respeito às rendas das concessões, nomeadamente da E-Redes.

## VIII. Contratação Pública

Com base no Código dos Contratos Públicos (CCP), que transpôs para o ordenamento jurídico nacional as diretivas comunitárias relativas à tramitação e execução dos contratos públicos de empreitada de obras públicas, de locação ou aquisição de bens móveis e aquisições de serviços, procedemos à análise, por amostragem, de procedimentos de contratação pública, realizados por parte do Município em 2025 e a sua conformidade com tal dispositivo legal.

Elencamos infra os procedimentos analisados relativos ao Município:

- Fornecimento de energia elétrica em BTE e MT para os edifícios do município de albufeira;
- Aquisição de serviços de seguros pelo período de 3 anos (2025-2028);
- Concurso Público para a Prestação de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes do Concelho de Albufeira;

- Prestação de serviços de recolha seletiva de ecopontos e porta a porta comercial, no Concelho de Albufeira;
- Ajuste direto para aquisição do evento Carpe Nox 2025;
- Empreitada de requalificação da rede de abastecimento de água Páteo – Guia;
- Fornecimento de energia elétrica em BTN (baixa tensão normal) e IP (iluminação pública) do município de albufeira;
- Fornecimento de energia elétrica em BTN (Baixa Tensão Normal) e IP (Iluminação Pública) do Município de Albufeira;
- Aquisição de espetáculos “Festival Baltum” e respetivos serviços de produção;
- Licenciamento e locação de solução tecnológica referente à gestão da taxa turística municipal;
- Ajuste direto para aquisição dos serviços de produção do espetáculo do Ano Novo;
- Empreitada de reabilitação ao teto do estacionamento dos Paços do concelho;
- Contratação de serviços de patrocínio judiciário para o município de Albufeira;
- Aquisição do evento dia do município 2025;
- Aquisição de serviços de segurança e vigilância, em eventos do Município de Albufeira;
- Produção de evento com contratação de artistas nacionais e internacionais (DJ's) Albufeira Sounds 2025;
- Fornecimento de produtos ultracongelados para as cantinas escolares do Concelho de Albufeira e para outras atividades da Divisão de Educação;
- Empreitada de Reparções e Revestimento Superficial de Pavimentos nas zonas do Rossio e Museu Arqueológico;
- Empreitada de trabalhos diversos a realizar no polidesportivo de Olhos de Água e zona envolvente;

- Empreitada para instalação de estação de carregamento para autocarros elétricos nas instalações municipais de vale pedras;
- Empreitada de Aplicação de Selagem de Fissuras com Masquite Betuminoso a Quente com Lusufissure ou Equivalente;
- Empreitada de Criação de uma Sala Suplementar no r/c da Eb1 de Vale Pedras ;
- Empreitada de Reabilitação da Escadaria da Travessa André Rebelo;
- Prestação de serviços pontuais na infraestrutura de iluminação pública de Albufeira;
- Realização das comemorações do Dia Mundial da Criança.

A auditoria teve por objeto avaliar a conformidade e legalidade dos procedimentos de contratação pública desencadeados e executados no decorrer do ano de 2025.

Assim, para cada processo acima elencado, analisámos o cumprimento dos requisitos legais na fase de formação do contrato, de forma geral e específica por tipo de procedimento.

Verificamos o cumprimento dos requisitos legais quanto à escolha do tipo de procedimento, designadamente se:

- A decisão de escolha do procedimento foi fundamentada e tomada por entidade competente;
- As entidades convidadas cumprem com o preceituado no artigo 113º do CCP;
- A escolha do procedimento em função de critérios materiais está devidamente fundamentada e estão verificados os pressupostos legais; e
- O contrato respeita o valor legalmente permitido, atendendo ao tipo de procedimento escolhido.

No que respeita à formação dos contratos aferimos quanto:

- Às peças do procedimento;

- Aos impedimentos por parte das entidades que pretendam ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento;
- À apresentação e análise das propostas (relatório preliminar, audiência prévia e relatório final);
- À apresentação dos documentos de habilitação;
- À celebração do contrato; e
- À publicitação do contrato no portal *base.gov*, nomeadamente no que respeita à legalidade dos pagamentos, por forma a atestar o imperioso cumprimento do artigo 127º do CCP.

Dos procedimentos acima elencados, não identificámos situações materiais passíveis de reporte no presente relatório, nomeadamente no que concerne aos procedimentos e entidades escolhidas (isto ao nível dos ajustes diretos e consulta prévia).

Ainda que não tenham sido identificados assuntos adicionais passíveis de recomendação, consideramos pertinente tecer a seguinte recomendação adicional, em que o Município deve ter especial atenção:

- Assegurar que as entidades a convidar, no procedimento de consulta prévia, não são especialmente relacionadas entre si, não partilham ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo, conforme previsto no nº. 6 do art.º 113 e o nº. 2 do art.º 114, do Código dos Contratos Públicos;
- Assegurar o cumprimento do artigo 113.º n.º 2, ou seja, o Município deve assegurar que as Entidades convidadas nos procedimentos de ajuste direto e consulta prévia, com base no critério de valor, não ultrapassam os limites preconizados no referido artigo. Sugerimos que o Município adote controlos efetivos, por forma a atender sempre ao cumprimento rigoroso do artigo mencionado;



- Assegurar o cumprimento imperioso do preceituado no artigo n.º 127 do CCP, ou seja, que não são efetuados pagamentos anteriores à publicitação dos contratos no portal base.gov;
- Garantir que as declarações de inexistência de conflitos de interesses são assinadas por todos os participantes nos procedimentos de contratação antes do início de funções, designadamente pelos membros dos júris e todos os demais intervenientes no processo de avaliação de propostas, relacionadas com o objeto ou com os participantes no procedimento, conforme modelo previsto no anexo XIII do CCP;
- O CCP prevê a realização de procedimentos com recurso a critérios materiais, contudo o Município deve privilegiar o uso de procedimentos concursais na lógica da salvaguarda dos princípios da concorrência, imparcialidade e da igualdade no acesso aos mercados públicos.

Por fim, no âmbito do Regulamento n.º 1000/2025, de 18 de agosto, o Município deve garantir que todos os ajustes diretos simplificados são registados no base.gov até ao final do ano civil a que respeitam, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de outubro.

Concluímos, face ao exposto, satisfatoriamente acerca da aplicação do Código dos Contratos Públicos por parte dos serviços do Município, contudo, consideramos que as recomendações acima referidas seriam benéficas para melhorar os procedimentos e controlos existentes.

## **IX. Conformidade de aspetos legais**

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os relatórios de execução orçamental e as demonstrações financeiras do Município, para o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, tivessem incumprimentos legais, que culminem em casos de incumprimento da lei e/ou distorções materialmente relevantes.

## **X. Contabilidade de Gestão**

A contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre os gastos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões em diversos domínios.

Conforme preconizado na NCP 27, no parágrafo 34, as autarquias locais devem divulgar no relatório de gestão a seguinte informação:

- Gastos diretos e indiretos de cada bem, serviço e atividade;
- Rendimentos diretamente associados aos bens, serviços e atividades (se existirem);
- Gastos totais do exercício económico e custo total acumulado de atividades, produtos ou serviços com duração plurianual, ou não coincidente com o exercício económico; e
- Objetos de gastos finais para os quais se determinou o custo total, os critérios de imputação dos gastos indiretos utilizados e os gastos não incorporados.

No caso específico das autarquias locais, devem ser obtidos mapas de informação indicando o custo direto e indireto e o respetivo rendimento associado, por cada:

- a) Bem produzido ou serviço prestado;
- b) Função, unidade, departamento ou atividade;
- c) Bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, indicando os respetivos rendimentos obtidos e resultados económicos.

Consideramos que as divulgações efetuadas no relatório anual do Órgão de Gestão/Relatório de Atividades são satisfatórias considerando o previsto na NCP 27.

## **XI. Conclusões**

Com base no trabalho efetuado e no explanado no presente relatório, não temos conhecimento de quaisquer situações que afetem de forma significativa a conformidade das demonstrações financeiras e dos relatórios de execução orçamental preparada de acordo com os princípios contabilísticos previstos no SNC-AP, com exceção dos assuntos reportados na Certificação Legal das Contas, que transcrevemos infra:

### **BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS**

A rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, no montante de 272.257.404,66 euros, incorpora imóveis cuja respetiva valorização (valor bruto) não foi apurada, em consonância com a NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis, permanecendo no cadastro com valor nulo. São ativos adquiridos mediante transação sem contraprestação, para os quais a Entidade, a esta data, não dispõe de informação

que permita determinar o seu valor bruto, nomeadamente através do Valor Patrimonial Tributário (VPT). Face ao exposto, consideramos que não nos foi possível obter prova de auditoria, suficiente e apropriada, que nos permita concluir sobre o possível impacto na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, incluindo as depreciações acumuladas, e as depreciações do exercício.

Conforme divulgado na nota 4 do anexo, a Entidade não recebeu, de forma tempestiva, a informação atualizada e detalhada por parte da concessionária de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, pelo que não procedeu ao reconhecimento de novos ativos de concessão, ao abrigo da NCP 4 – Acordos de concessão. A ausência desta informação não nos permite avaliar o impacto que a mesma teria no ativo e, por conseguinte, no passivo da Entidade.

Leiria, 07 de abril de 2026



Telma Carreira Curado & Associados - SROC, Lda.

(Inscrita na OROC sob o n.º 321 e CMVM nº 20170029)

Representada por:

Dra. Telma Carreira Curado, ROC n.º 1443

Registada na CMVM com o nº 20161053

Handwritten text at the top of the page, possibly a title or introductory paragraph.

Second line of handwritten text, appearing to be a list or series of notes.



Text block below the diagram, possibly describing the elements shown in the diagram.

Text block below the previous one, continuing the notes or description.

Text block below the previous one, continuing the notes or description.

Text block below the previous one, continuing the notes or description.

Text block below the previous one, continuing the notes or description.

Text block below the previous one, continuing the notes or description.

Text block at the bottom of the page, possibly a conclusion or final note.